

Lançar Tôdas as Fôrças na Campanha Eleitoral

Constitui um grande acontecimento na vida política do país a realização das eleições de 3 de outubro próximo. Setores cada vez mais amplos do povo brasileiro preparam-se para participar do pleito, para infligir uma esmagadora derrota ao governo de Vargas e a todos os inimigos da pátria.

Não podemos nos iludir sobre o caráter dessas eleições. Não se trata, absolutamente, de eleições livres. O direito de voto é negado a milhões de brasileiros oprimidos e explorados e os partidos verdadeiramente democráticos não podem participar legalmente do pleito eleitoral. Um clima de incessantes e abomináveis violências antecede as eleições.

Apesar disso, o povo brasileiro não abdica do direito de fazer valer a sua vontade através das urnas. Descontente com a política antipopular e de traição à pátria posta em prática pelo governo, o povo utilizará as eleições para derrotar Vargas e todos os reacionários.

No momento, tôdas as fôrças democráticas, particularmente os comunistas, devem se lançar inteiramente na campanha eleitoral. A aproximação do pleito de outubro provoca no povo um interesse maior pelas questões que dizem respeito à vida da nação, agita e põe em movimento as grandes massas. Isso faz com que cresça a ansiedade do povo por uma solução verdadeira para os problemas, o que torna as massas mais receptíveis ao Programa do P.C.B., o programa da salvação nacional.

Na presente campanha eleitoral nossa preocupação deve ser não só conquistar centenas de milhares de novos eleitores, que assegurarão a vitória dos candidatos populares, mas também levantar, desde já, as reivindicações de nosso povo, em todos os terrenos. Nenhuma ocasião melhor do que essa para intensificar a luta contra a entrega de nosso país aos imperialistas norte-americanos, para fortalecer o combate em defesa da paz, para reforçar o movimento de massas pelas liberdades democráticas sistematicamente espinhadas pelo governo de Vargas. Ao mesmo tempo, possibilita a campanha eleitoral um extraordinário revigoração da luta pelas reivindicações da classe operária e do povo, de todos os setores que sofrem as consequências da ruínoza política realizada pela camarilha que se acha no poder.

A efervescência provocada entre as vastas massas populares pelos comícios eleitorais facilita também, enormemente, o trabalho de unir e organizar as massas, conduzindo-as à luta contra o governo antipopular e antinacional de Vargas. Por isso mesmo, no curso da campanha eleitoral é nosso dever intensificar, com persistência, audácia e entusiasmo, a luta pela unificação de nosso povo, pela criação da frente democrática de libertação nacional, instrumento capaz de levar à vitória o Programa do P.C.B.

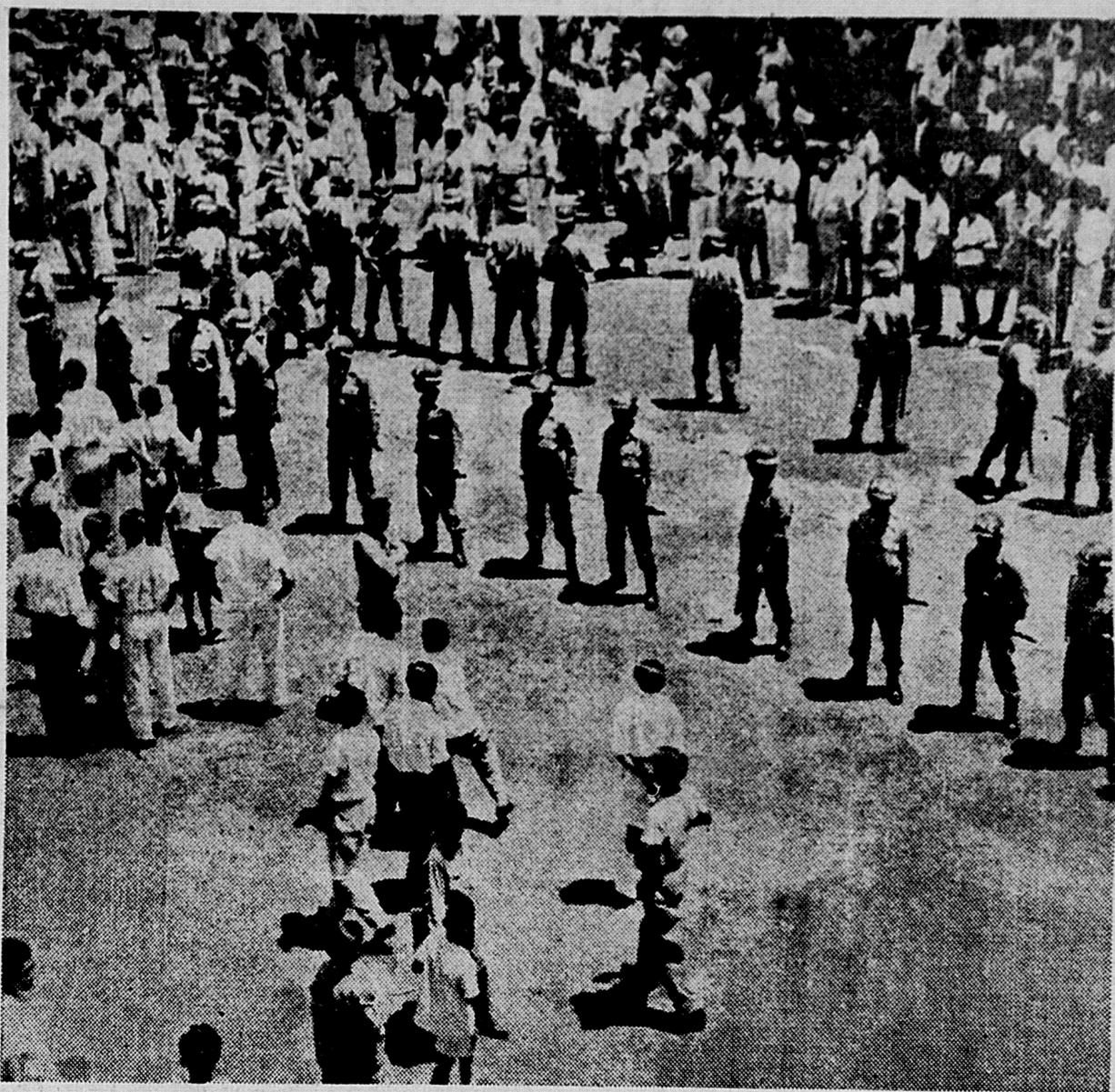
Tudo isso justifica, portanto, que nos lancemos na campanha eleitoral com tôdas as energias e recursos de que dispomos. Ao empenhar tôdas as nossas fôrças nessa batalha política devemos ter em vista organizar uma ampla frente única eleitoral, de acôrdo com as características específicas de cada local, à base de programas concretos que podem variar de região para região do país, que reflitam sempre as aspirações mais caras ao povo brasileiro, a independência nacional, a paz, as liberdades e o direito a uma vida melhor.

Jamais foram tão favoráveis em nosso país, comó o são atualmente, as condições para forjar a unidade de todo o povo brasileiro — a frente democrática de libertação nacional. Realizando uma ampla e vigorosa campanha eleitoral e assegurando nas urnas a vitória dos candidatos populares daremos um passo de excepcional importância para a libertação de Brasil e a salvação de nosso povo.

VOZ OPERÁRIA

N.º 262 ☆ Rio de Janeiro, 22 de Maio de 1954

A POLÍTICA DO GOVERNO DE VARGAS SE CHAMA: **VIOLÊNCIA**



FIEIRAS DE SOLDADOS ARMADOS CONTRA OS ESTUDANTES E O POVO. O CHOQUE DO GERAL VERISSIMO E' O RETRATO DA DEMOCRACIA DAS BAIONETAS E DOS CANHÕES

MARCENEIROS :

A PRIMEIRA GREVE TOTAL NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS

— Leia na Página Três

Nesta
Edição

- ★ POR UMA AGITAÇÃO POLÍTICA COMBATIVA E EFICAZ (Na pág. três).
- ★ LIBERDADE PARA JESUS FARIA (Na pág. nove).
- ★ OS SINDICATOS RURAIS SÃO O FEIXE DE VARAS DA UNIÃO DOS CAMPONESES (Na pág. onze).

SEM CONGELAMENTO DOS PREÇOS É UM LOGRO O SALÁRIO-MÍNIMO

— Leia na Página Nove

Os Americanos Tentam Bloquear os Entendimentos Em Genebra

A MAGNANIMIDADE nas propostas, oriundas do sincero desejo de alcançar a paz definitiva, tanto na Indochina como na Coreia, caracterizam a atuação dos delegados dos países do campo democrático em Genebra. A União Soviética, a República Popular Chinesa, a República Democrática Popular da Coreia e a República Democrática do Viet-Nam oferecem as soluções e os meios capazes de pôr termo aos dois problemas políticos mais agudos da Ásia e que, por sua natureza, constituem pontos neurálgicos da própria situação internacional.

O fato de, tanto num caso como no outro, as forças democráticas terem demonstrado de maneira cabal a impossibilidade de o imperialismo conseguir novamente impor a escravidão aos povos, que tomaram a vereda da liberdade, dá ainda maior força política e moral às propostas dos delegados dos Estados democráticos.

Como se sabe Nam Il, em nome da República Democrática Popular da Coreia e Pham Van Dong, falando em nome do governo do Viet-nam, solicitaram a retirada de todas as tropas estrangeiras de seus países e a realização de eleições livres que permitissem unificá-los. Essas propostas foram recusadas pelos delegados dos Estados Unidos França e Inglaterra que sabem que eleições livres significam para eles a derrota, através de seus candidatos títeres. A propaganda capitalista gasta diariamente colunas e colunas impressas para formular falsas acusações aos comunistas de que pretendiam tomar de que pretendiam tomar pela força o controle da situação na Indochina e na Coreia. Mas, quando são propostas eleições de que participe livremente todo o povo, logo se vê quem se pretende manter pela força.

Não é nenhuma dificuldade inerente aos problemas em jogo, que dificulta a solução deles em Genebra. O que se passa é que as potências imperialistas e, principalmente os Estados Unidos não foram a Genebra movidos por sinceros desejos de paz. Dias antes de iniciar-se a Conferência, aliás, Foster Dulles apresentou sua própria fórmula para «resolver» a crise asiática, proclamando a «teoria» da «ação conjunta», segundo a qual qualquer novo êxito das forças democráticas implicaria na agressão direta e aberta dos Estados Unidos e satélites contra a China. Isso provocou protestos na própria

Inglaterra, forçando o primeiro-ministro Churchill a fazer uma declaração.

Forçados a negociarem em Genebra, os dirigentes imperialistas despendem esforços para levar a Conferência a um beco sem saída que lhes permitisse argumentar para seus próprios povos sobre a «impossibilidade de acordos». Usam para isso de recursos sovados. Assim, por exemplo, apresentam propostas de cessação de fogo e de



Laniel

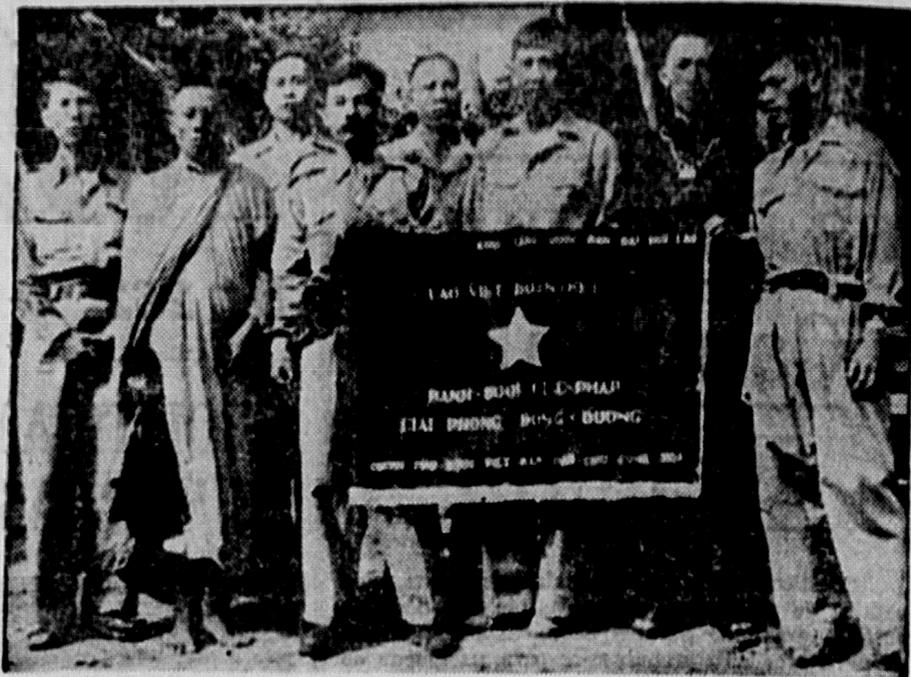
reagrupamento das forças que não impliquem em qualquer solução política, mesmo parcial, da questão indochinesa. Todos sabem, porém que a questão política é a principal e que a situação militar é uma consequência da crise política. Com propostas desse jaez pretendem os colonialistas franceses e americanos ganhar tempo, para recompor seus exércitos

batidos e renovarem o ataque em maior escala. Pretendem, igualmente, desarmamento de todos os guerrilheiros em ação e a retirada das tropas vietnamitas que operam no Laos e na Cambodgia. Dêsse modo, a título de negociar, apresentam uma proposta de rendição incondicional que não corresponde à realidade.

Na realidade, para os americanos, as principais conversações sobre a questão indochinesa não se realizam em Genebra, mas diretamente entre os seus diplomatas e os delegados do cambaleante governo Laniel. A espalda da Conferência de Genebra, franceses e americanos intensificam os preparativos de novas operações bélicas em que os lanques, que já separam com 70% das despesas tenham participação ainda maior.

As propostas de Ho Chi Min admitem, inclusive, a permanência dos Estados da Indochina no quadro da União Francesa, respeitado o direito desses povos à paz, unidade e democracia.

Nenhum francês honrado poderá deixar de ver nesse caminho apresentado pelos delegados vietnamitas o meio de salvaguardar os interesses da França, sem atentado à liberdade dos outros povos. Menos, evidentemente, os Laniel e os Bidault que de há muito só tem de franceses o idioma e preferem os dólares à honra nacional da França.



Desde 1950, a luta do povo do Pathet Lao elevou sua forma de organização, realizou o Congresso do Povo do Pathet Lao. Nessa ocasião a República Democrática do Viet-Nam ofereceu aos patriotas laocianos a bandeira, à cuja direita vê-se Souvanou-vong, atual presidente do Pathet Laos. (Foto Hsinhua).



Ao lado: um colonialista francês empunhando cabeças de clivis barbaramente decepadas. (FOTO Hsinhua)



As Relações Anglo - Americanas Sob o Signo de Contradições Crescentes

AS CONTRADIÇÕES anglo-americanas acentuam-se cada vez mais e as dissensões políticas entre Londres e Washington apresentam-se dia a dia com maior clareza.

Há pouco o secretário de Estado, John Foster Dulles, voou apressadamente à Europa para procurar impor aos dirigentes britânicos sua fórmula de «paz pela força». Falhada essa tentativa, os corifeus da política de guerra dos Estados Unidos não desistiram de seus objetivos, provocando o regresso apressado de Eden a Londres, às vésperas da Conferência de Genebra. A isso, como se sabe, sucedeu uma reunião extraordinária do Gabinete Britânico da qual saiu a importante declaração de Churchill de que seu governo não estudaria nenhum «pacto de defesa» para o sudeste asiático, antes do termo da Conferência de Genebra. Assim, embora procurasse usar a chantagem de ameaçar com o referido «pacto» no futuro, o governo britânico recusou-se a torpedear previamente o encontro de Genebra e contribuiu mesmo para chegar-se a uma fórmula relativa à presidência das sessões.

Os ingleses percebem cada dia mais que ao passo que lhes é possível tratar em pé de igualdade com os países democráticos, dos americanos só podem esperar a mais desenfreada concorrência e dominação. Dia a dia os lanques deslocam a influência política britânica nos países asiáticos, inclusive nos que participam da Comunidade Britânica. E, para eles, a guerra da Indochina e a subserviência dos dirigentes vendidos da França é mais uma brecha pela qual procuram firmar sua posição. Entram cada vez mais na Indochina, a expensas de seus «protegidos» franceses e fazem dela ponto de apoio para suceder aos britânicos nas regiões em que esse ainda mantém o domínio.

Por isso, em vista da recusa do gabinete britânico, os americanos passaram a outros meios de «persuasão», iniciaram negociações diretas com os franceses, para uma intervenção mais ampla na Indochina. Isso, provocou, imediatamente, um protesto britânico e uma nova declaração de Churchill negando-se a compromissos antes de encerrada a Conferência de Genebra. Nessa nova declaração, o primeiro-ministro britânico acentua que não «tem coisa alguma» ver com as conversações que foram realizadas

entre a França e os Estados Unidos sobre o problema da Indochina, e que mantém o mais estreito contacto com os governos da Comunidade Britânica.

Assim, em menos de uma mês, duas declarações, divergentes da política americana, foram feitas oficialmente por Churchill.

Lutando contra certos aspectos das diretivas americanas, nem por isso, porém, os ingleses deixam de perseguir seus próprios objetivos imperialistas, dificultando os entendimentos, em moldes democráticos. Nesse sentido a atuação de Eden, em Genebra tem sido às vezes a de apresentar, de maneira mais polida, as inaceitáveis propostas que Bedell Smith formula numa linguagem caporal. Tal por exemplo, sua sugestão de que as eleições na República Democrática da Coreia fossem fiscalizadas pela ONU que, como se sabe, é a parte agressora e não pode agir em função de neutro.

Os imperialistas britânicos vêem nos exemplos coreano e indochinês a premissa do que sucederá com a Maláia, a Birmânia e outras possessões inglesas em que os povos lutam há anos pela independência nacional, enfrentando o barbarismo das tropas colonialistas. Mas o povo britânico nada tem a perder com o fim do colonialismo. Por isso, se capitalistas britânicos, apesar das suas divergências com os incendiários de guerra lanques, continuam a ser seu aliado principal, com isso não concordam os ingleses. Eles que desde 1939 vivem num regime de guerra, ou de preparação para a guerra desenvolvem cada vez o sentimento antiamericano e exigem uma política de franco repúdio à política imperialista. Um exemplo disso são os recentes resultados eleitorais em que os conservadores foram novamente batidos e a ala «esquerda» trabalhista ganhou novos postos, em vista de suas críticas à política pró-americana de Churchill.

Isso demonstra que as atuais divergências dos dirigentes imperialistas da Grã-Bretanha com seus sequazes americanos refletem apenas, de maneira pálida, a oposição do povo britânico à política ditada pelo Departamento de Estado e que as atuais divergências são apenas os sinais de uma crise mais profunda nas relações anglo-americanas.

NOVOS APRESENTAMENTOS DA UNITED FRUIT COMPANY

Um grave, gravíssimo perigo paira sobre o povo americano. Não será, evidentemente originário da crise crescente que lança ao desamparo milhões de operários nos Estados Unidos. Não. O que preocupa o Departamento de Estado é... o suposto recebimento pelo governo guatemalteco de armas provenientes da Polónia. Não se sabe se o governo da Guatemala importou armas de qualquer parte. Se o fez é um assunto de sua absoluta competência, pois é governo soberano, ameaçado precisamente pelos imperialistas lanques. O protesto

americano, do elefante que se queixa da formiga, seria cômico noutra situação.

No entanto, faz parte de um plano de provocações destinado a «legalizar» a intervenção na Guatemala contra a qual, nos últimos anos, a «United Fruit» já articulou mais de 30 golpes de Estado. Há dias, Trujillo inventava um contrabando de «armas russas». Agora, o Departamento de Estado expede uma nota oficial sobre «um fato de suma gravidade». Em ambos os casos vivava-se a Guatemala. O que demonstra que a derrota de Dulles leva os imperialistas a novos sinais de desespero.

Por Uma Agitação Política Combativa e Eficaz

Sub o título acima, o semanário «Por Uma Paz Duradora, Por Uma Democracia Popular», órgão de ligação de informação dos Partidos Comunistas e Operários, publicou um editorial em seu número de dia 14 do corrente. Dada a importância deste editorial e sua oportunidade, transcrevemo-lo aqui, na íntegra.

O TRABALHO de agitação de massas dos Partidos Comunistas e Operários é um dos mais poderosos meios de educação política dos trabalhadores. O grande Lênin ensinava que "a agitação política multilateral é precisamente o foco para onde convergem os interesses vitais da educação política do proletariado e os interesses vitais de todo o desenvolvimento social e de todo o povo..." A agitação combativa e eficaz eleva a consciência política e a combatividade das massas populares, persuade-as da justiça e oportunidade das palavras-de-ordem lançadas pelos Partidos e mobiliza-as para tornar realidade essas palavras-de-ordem.

A triunfante doutrina de Marx-Engels-Lênin-Stálin é a base ideológica imutável da agitação política. A experiência do Partido Comunista da União Soviética e dos Partidos Comunistas e Operários de todos os países confirma cabalmente que a agitação política consegue seus objetivos quando é rica de conteúdo ideológico e está indissolúvelmente ligada às questões essenciais da vida dos trabalhadores, às questões da atual situação internacional, à luta contra a ameaça de uma nova guerra e pelo alívio da tensão internacional. Os traços inerentes ao trabalho de agitação de massas, combativo e com espírito ofensivo, realizado pelos comunistas, são o elevado conteúdo ideológico, a atualidade palpitante, a veracidade, a clareza e a simplicidade.

Dia a dia crescem as forças e o poderio do campo da paz, da democracia e do socialismo, grandiosa conquista dos povos. Dia a dia os povos da U.R.S.S. alcançam novos e magníficos êxitos na construção comunista. A China Popular avança com firmeza pelo caminho das grandes transformações econômico-sociais. Os trabalhadores dos países de democracia popular edificam vitoriosamente o socialismo. A luta dos povos pela paz, que se converteu na grande força motriz de nossa época, amplia-se cada vez mais em todo o mundo. Mudanças radicais se produzem no desenvolvimento político dos países da Ásia. Cresce o movimento de libertação nacional dos povos dos países coloniais e dependentes.

Mas os adversários da paz, os inimigos do enfraquecimento da tensão internacional não renunciaram a seus propósitos agressivos, continuam a brandir as armas, propagam a decadente política das "posições de força" e tramam novos e novos planos de agravamento da tensão internacional. Nessas condições, a tarefa principal de todas as forças pacíficas, de todos os defensores da paz, é elevar a vigilância, desmascarar diariamente e frustrar os planos dos incendiários de guerra e lutar com maior vigor ainda pelo estabelecimento de relações normais e pela colaboração pacífica entre os Estados.

Esta tarefa só pode ser levada a cabo com êxito se se mobilizar para a sua realização as mais amplas massas populares. Ao estender sua influência entre as massas, explicando-lhes toda a complexidade da presente situação internacional, e fazendo-lhes ver a necessidade de participarem ativamente na defesa da paz, os Partidos Comunistas e Operários cumprem assim seu dever verdadeiramente histórico, sua grande missão.

As tarefas extraordinariamente complexas e de responsabilidade que se colocam diante dos Partidos Comunistas e Operários na atual situação internacional exigem de maneira imperiosa de todos os Partidos, de todas as organizações e de todos os comunistas, que melhorem sem cessar o trabalho político entre as massas, intensifiquem por todos os meios a agitação política e elevem sua qualidade.

A todas as falsificações e desinformações burguesas, os comunistas opõem a verdade sobre os autênticos princípios pacíficos da política exterior da U.R.S.S., da República Popular Chinesa e dos países de democracia popular e dão a conhecer às mais amplas massas as propostas soviéticas concretas referentes à regulamentação pacífica do problema alemão, à criação de um sistema geral europeu de segurança coletiva na Europa, à redução dos armamentos, à proibição de armas atômicas e de hidrogênio e ao estabelecimento de um rigoroso controle desta proibição. As grosseiras tergiversações dos fatos que se desenrolam nestes dias na Conferência de Genebra pela imprensa e o rádio burgueses são contraditadas pelos comunistas com a verdade sobre as propostas do governo da República Democrática Popular da Coreia para a regulamentação pacífica do problema coreano, sobre as propostas do governo da República Democrática do Viet-Nam para o restabelecimento da paz na Indo-China e sobre a luta infatigável da União Soviética e da República Popular Chinesa pelo fortalecimento da paz na Ásia e no mundo inteiro.

Nos países de democracia popular, onde os Partidos Comunistas e Operários são a força dirigente e orientadora da sociedade, as tarefas mais importantes da agitação política consistem em inculcar infatigavelmente nos trabalhadores a consciência do dever social e o desejo de alcançar novos êxitos na construção do socialismo, no desenvolvimento da indústria e no rápido ascenso da agricultura, na ampliação da produção de artigos de amplo consumo e na máxima elevação do bem-estar do povo, entrelaçando estreitamente estas tarefas com a luta pela causa da paz. A agitação política contribui nestes países para fortalecer cada vez mais o Estado democrático-popular, a aliança da classe operária e dos camponeses trabalhadores e a defesa do país, inculca nos cidadãos o sentimento patriótico, o amor à pátria, a fidelidade à União Soviética e a solidariedade fraternal com os trabalhadores do mundo inteiro e eleva a vigilância diante das maquinacões dos inimigos internos e externos.

Nos países capitalistas, coloniais e dependentes, onde os Partidos Comunistas e Operários, intérpretes dos interesses mais vitais do povo, atuam em duras condições de perseguição e de repressão policial, os comunistas divulgam amplamente em sua agitação política as magníficas realizações dos povos do campo democrático, infundindo nas massas operárias e camponesas a fé num futuro melhor. A agitação política dos comunistas nesses países vincula estreitamente a luta dos povos pela paz, pela liberdade e a independência nacional e pelos direitos democráticos à luta pela satisfação das reivindicações essenciais dos trabalhadores e à sua luta pelo pão, por uma retribuição equitativa do trabalho, contra a desentreada exploração capitalista, o desemprego e a miséria.

O Partido Comunista da China, os Partidos Comunistas e Operários dos países coloniais e dependentes, a Federação Nacional dos Trabalhadores

tido Socialista Unificado da Alemanha, o Partido Comunista Francês, o Partido Comunista Italiano e outros Partidos Comunistas e Operários acumularam grande experiência da agitação política entre as massas. Desenvolvem com êxito este trabalho os Partidos Comunistas da Índia, da Indonésia, do Brasil e de outros países. Entretanto, os Comitês Centrais de diversos Partidos Comunistas e Operários assinalam justamente que a agitação política não está ainda à altura das ingentes tarefas colocadas ante os Partidos e exigem que sejam corrigidas com firmeza as deficiências existentes.

Melhorar a organização da agitação política significa, antes de tudo, elevar seu nível ideológico, ampliar seu raio de ação, lutar para que a agitação abarque as camadas mais amplas da população. Esta tarefa foi ressaltada, particularmente, nos últimos Plenos dos Comitês Centrais dos Partidos Comunistas Francês e Italiano. Em primeiro lugar, é preciso melhorar a organização do trabalho de agitação diretamente nas empresas industriais, entre os operários, e no campo, entre os camponeses. Cada comunista tem o dever de participar pessoalmente no trabalho de agitação, explicando de maneira sistemática aos operários, aos camponeses e a todos os trabalhadores a política dos Partidos Comunistas e Operários, seus objetivos e tarefas.

A agitação política é uma parte muito importante de todo o trabalho do Partido. É um trabalho vivo do Partido, que não suporta lugares-comuns, fórmulas aprendidas de memória, frases estereotipadas. A linguagem do agitador comunista deve ser simples e compreensível. A agitação bem organizada tem sempre em conta a diferença das condições locais, de profissão, de nível cultural e de preparação política dos ouvintes. "A arte de todo propagandista e todo agitador — ensinava Lênin — consiste precisamente em exercer influência do melhor modo sobre o auditério, fazendo com que uma verdade conhecida seja para ele o mais persuasiva, possível, o mais exequível possível, o mais patente possível, e que fique gravada com maior firmeza". No vasto trabalho de agitação entre os trabalhadores devem ser empregados todos os métodos e formas: as reuniões de massas, as palestras individuais e em grupo, a imprensa, o rádio, o cinema, os cartazes, os volantes, as palavras-de-ordem curtas.

Os Partidos Comunistas e Operários se esforçam para que a agitação política seja um método permanente de trabalho educativo das organizações do Partido, um meio muito importante que ligue o Partido com as massas. Os Partidos Comunistas e Operários lutam contra a tendência a dar ao trabalho de agitação um caráter esporádico, circunstancial e friso constantemente que a organização da agitação diária das massas é um dever primordial de todos os Comitês e dirigentes do Partido e que a participação direta dos quadros dirigentes do Partido no trabalho de agitação deve servir de exemplo para toda a massa de comunistas, para todos os agitadores.

Levar à consciência do povo a política e as palavras-de-ordem do Partido é uma tarefa responsável e honrosa de cada comunista. Esta tarefa requer que cada agitador compreenda sua alta responsabilidade ante o Partido e ante o povo e trabalhe continuamente para enriquecer seus conhecimentos; que preste atenção constante das organizações do Partido pelas tarefas relativas à acertada seleção e educação dos agitadores, à direção eficiente, cotidiana e ágil do trabalho dos grupos de agitadores. A preocupação dos Comitês do Partido em organizar o trabalho de agitação, em preparar os agitadores e assegurar-lhes todos os materiais necessários é uma premissa de grande importância para o êxito e a eficiência da agitação.

Intensificar a agitação política, elevar seu nível ideológico, torná-la mais concreta e acentuar seu espírito de ofensiva equivale a reforçar ainda mais a influência dos Partidos Comunistas e Operários entre as massas populares, a estreitar seus laços com as massas e a intensificar sua combatividade na luta por uma paz duradora e pelos interesses vitais dos povos.

MARCENEIROS :

A Primeira Greve Total Nos Últimos Vinte Anos

DESDE zero hora de 26 de abril último, os marceneiros cariocas sustentam em greve a luta pelo aumento de 10 cruzeiros para os profissionais adultos e 20 cruzeiros para os aprendizes.

Na história do movimento operário carioca, esta greve se reveste de uma significação especial, porque os marceneiros há cerca de 20 anos não se empenhavam numa luta de tal envergadura que abrange todos os setores desse ramo industrial. Homens de tantas gerações que não conheciam ainda a experiência da luta grevista, que de 1947 a 1953 sofreram a intervenção do governo em seu Sindicato, que vieram os agentes ministerialistas semear a desunião e o policialismo para golpeá-los, estão hoje unidos aos velhos marceneiros, na ação combativa contra os seus esfomeadores.

O início da justa greve não foi fácil. O movimento não se tinha estendido por numerosas grandes empresas. Mas ao lado da profunda razão em que se apolam, do seu espírito de luta, influiu o fato de que a Comissão de Greve plenamente confiante na massa de milhares de marceneiros soube levantar com justiça a bandeira da greve. E, por outro lado, os marceneiros possuem hoje uma diretoria eleita em seu sindicato, apoiam-se firmemente no seu órgão de classe colocado incondicionalmente a serviço de suas reivindicações. Qual é o marceneiro que não se sente indignado em face da Justiça do Trabalho de Vargas que, no ano passado, depois de três anos de espera concedeu a migalha de 20% sobre os salários de 51, compensando todos os aumentos obtidos naquele período? E quem não sabe que grande número de empregadores, mesmo assim, burlaram aquela decisão e não pagaram o aumento?

Tudo isso concorreu para que, fossem aderindo à greve as corporações, empresa por empresa, até à paralisação de todas as atividades no setor. Para isso muito concorreram os piquetes, muito concorreu o entusiasmo dos jovens operários, que souberam resistir com valentia às violências do governo, cuja polícia efetuou prisões e praticou espancamentos. Estas violências esclareceram milhares de operários sobre a necessidade de lutar pelas liberdades democráticas. Issa influiu na resolução de enviar uma comissão que participará, em nome dos grevistas, da passeata de protesto dos jornalistas contra o espancamento do reporter Nestor Moreira pela polícia de Vargas.

Os patrões podem pagar o aumento. No manifesto que lançaram apelando para a solidariedade do proletariado e do povo carioca, os marceneiros demonstram com fatos que os patrões podem pagar o aumento pleiteado. Seus lucros são fabulosos, uma vez que, em média, o preço dos móveis aumentou dez vezes de cinco anos para cá. Nesse manifesto os grevistas transcrevem dois orçamentos apresentados por certa firma pelo «Diário da Noite»; o primeiro apresentado pela firma em fevereiro, importava em 17.190 cruzeiros. Logo depois de instituído o salário-mínimo, que ainda não entrou em vigor, a mesma firma enviou novo orçamento, alterando de tal forma os preços, que o mesmo serviço ficaria em 24.066 cruzeiros, portanto, 6.876 cruzeiros mais. Isso demonstra que os patrões podem pagar o aumento.

Os patrões podem pagar o aumento. No manifesto que lançaram apelando para a solidariedade do proletariado e do povo carioca, os marceneiros demonstram com fatos que os patrões podem pagar o aumento pleiteado. Seus lucros são fabulosos, uma vez que, em média, o preço dos móveis aumentou dez vezes de cinco anos para cá. Nesse manifesto os grevistas transcrevem dois orçamentos apresentados por certa firma pelo «Diário da Noite»; o primeiro apresentado pela firma em fevereiro, importava em 17.190 cruzeiros. Logo depois de instituído o salário-mínimo, que ainda não entrou em vigor, a mesma firma enviou novo orçamento, alterando de tal forma os preços, que o mesmo serviço ficaria em 24.066 cruzeiros, portanto, 6.876 cruzeiros mais. Isso demonstra que os patrões podem pagar o aumento.

Os patrões podem pagar o aumento. No manifesto que lançaram apelando para a solidariedade do proletariado e do povo carioca, os marceneiros demonstram com fatos que os patrões podem pagar o aumento pleiteado. Seus lucros são fabulosos, uma vez que, em média, o preço dos móveis aumentou dez vezes de cinco anos para cá. Nesse manifesto os grevistas transcrevem dois orçamentos apresentados por certa firma pelo «Diário da Noite»; o primeiro apresentado pela firma em fevereiro, importava em 17.190 cruzeiros. Logo depois de instituído o salário-mínimo, que ainda não entrou em vigor, a mesma firma enviou novo orçamento, alterando de tal forma os preços, que o mesmo serviço ficaria em 24.066 cruzeiros, portanto, 6.876 cruzeiros mais. Isso demonstra que os patrões podem pagar o aumento.

Os marceneiros em greve lutam efetivamente pelas liberdades democráticas, defendem ao mesmo tempo suas reivindicações econômicas e os seus direitos sindicais e de cidadãos. Lutam pelo congelamento de preços e contra a carestia. Sua luta faz parte da luta geral de nosso povo contra o regime de fome e carestia de Vargas, pelo progresso e por um governo popular. Não é por acaso que estão rodeados da simpatia do povo e de todas as forças democráticas e progressistas. Apoiados na ativa solidariedade dos seus irmãos operários de outros setores e seus sindicatos, apoiados pelo povo, os marceneiros marcham firmes e comiantes para a vitória.

co dos móveis aumentou dez vezes de cinco anos para cá. Nesse manifesto os grevistas transcrevem dois orçamentos apresentados por certa firma pelo «Diário da Noite»; o primeiro apresentado pela firma em fevereiro, importava em 17.190 cruzeiros. Logo depois de instituído o salário-mínimo, que ainda não entrou em vigor, a mesma firma enviou novo orçamento, alterando de tal forma os preços, que o mesmo serviço ficaria em 24.066 cruzeiros, portanto, 6.876 cruzeiros mais. Isso demonstra que os patrões podem pagar o aumento.

Os marceneiros em greve lutam efetivamente pelas liberdades democráticas, defendem ao mesmo tempo suas reivindicações econômicas e os seus direitos sindicais e de cidadãos. Lutam pelo congelamento de preços e contra a carestia. Sua luta faz parte da luta geral de nosso povo contra o regime de fome e carestia de Vargas, pelo progresso e por um governo popular. Não é por acaso que estão rodeados da simpatia do povo e de todas as forças democráticas e progressistas. Apoiados na ativa solidariedade dos seus irmãos operários de outros setores e seus sindicatos, apoiados pelo povo, os marceneiros marcham firmes e comiantes para a vitória.

Entusiasmo e solidariedade

Entusiasmados com a sua luta unitária, os marceneiros têm sabido despertar a solidariedade proletária e popular à sua greve. Com alegria, receberam o caloroso telegrama do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos saudando sua luta. Os sindicatos paulistas, através de um delegado marceneiro de São Paulo, já enviaram 13.000 cruzeiros para a caixa de greve. Os bandos precatórios coletam contribuições pela cidade. O Sindicato dos Hoteleiros, com sede à Rua do Senado, 264, onde funciona o Comitê Sindical de Solidariedade, patrocinou a organização de uma cozinha que distribui mais de 200 refeições diariamente no Sindicato. Foi lançada com êxito a «Campanha de um quilo de mercadorias para os grevistas», «Uma lata de leite para os filhos dos grevistas». As 3as. e 5as. feiras é feita a distribuição de gêneros na sede do sindicato. Os piquetes continuam organizados, existem comissões de visita aos jornais, de propaganda, de higiene e disciplina, e de sindicalização (Durante a greve já foram inscritos mais de 500 novos socios).

Numerosas assembleias, palestras e conferências vêm sendo realizadas na sede do Sindicato. E de lá não se afastam os dois parlamentares marceneiros, o deputado Roberto Moreira e o vereador Antenor Marques que, nas assembleias e na tribuna legislativa, executam com fidelidade e ardor a política de classe dos trabalhadores em luta.

AVANTE! PARA A VITÓRIA!

Os marceneiros das maiores empresas fizeram um passo de honra — lutar unidos a toda a corporação até a vitória. A intransigência dos patrões manifestada na primeira audiência do dissídio ex-offício, recusando até a proposta conciliatória de 30%, teve como resposta o fortalecimento ainda maior da greve. Os operários em assembleia logo depois, decidiram prosseguir em greve até a vitória da tábua por eles inicialmente apresentada.

Os marceneiros em greve lutam efetivamente pelas liberdades democráticas, defendem ao mesmo tempo suas reivindicações econômicas e os seus direitos sindicais e de cidadãos. Lutam pelo congelamento de preços e contra a carestia. Sua luta faz parte da luta geral de nosso povo contra o regime de fome e carestia de Vargas, pelo progresso e por um governo popular. Não é por acaso que estão rodeados da simpatia do povo e de todas as forças democráticas e progressistas. Apoiados na ativa solidariedade dos seus irmãos operários de outros setores e seus sindicatos, apoiados pelo povo, os marceneiros marcham firmes e comiantes para a vitória.

Os ferroviários brasileiros terão a oportunidade de debater os seus problemas e reivindicações no IV CONGRESSO NACIONAL DOS FERROVIÁRIOS a realizar-se em Campinas, de 6 a 12 de junho próximo. O grande conclave, patrocinado pela Federação Nacional dos Ferroviários, vos oportunizará a atenção dos trabalhadores e suas reivindicações.

O PROJETO de Programa do PCB é uma arma nas mãos dos ferroviários de todo o país e tão poderosa que já faz tremer a podre administração da Sorocabana, que suga o suor dos ferroviários subalimentados devido ao baixo salário e ao encarecimento do custo da vida, que aumenta cada dia mais.

O item 31 do projeto de Programa diz: «Fixação do salário-mínimo vital que assegure condições de vida normais e humanas para os operários e suas famílias em todo o país. Salário igual para igual trabalho sem distinção de sexo, idade ou nacionalidade.»

Salário igual é que não existe na Sorocabana. Em cada seção, oficina ou escritório os salários variam de 500 até 10.000 cruzeiros, que são os dos chefes que vivem também de negociatas e de roubos como é o caso da lenha em que enriqueceram Jacob Chafic e seus sócios.

A estrada já conseguiu, a título de economia, dispensar gradativamente centenas de ferroviários. Por meio de remoções, perseguições miúdas e suspensões reduz os salários. Outra forma de exploração: o pessoal das máquinas e trens é obrigado a trabalhar de 16 a 40 horas com apenas cinco ou oito horas de repouso em pernoites sujos, sem higiene, tendo que comprar comida, sendo rara a viagem em que não são multados.

No caso dos truqueiros a forma de reduzir os salários é a seguinte: eles são obrigados a trabalhar com material escasso e deficiente e quando há desastre ou atraso de trens, a estrada responsabiliza os truqueiros, como também pelos desarranjos nos vagões em viagem, apesar do material rodante estar em péssimas condições.

AS FERROVIAS DO BRASIL A SERVIÇO DOS AMERICANOS

O item 32 do Programa se refere à jornada de trabalho de oito horas, à semana de 44 horas, à jornada de seis horas para os menores, trabalhos insalubres e no subsolo. Pois bem: os trabalhadores da via permanente são obrigados a trabalhar sob a chuva, dentro da água e dos brejos. Quando há desastre é um verdadeiro inferno: trabalham dia e noite nos desabamentos dos cortes e aterros, num serviço brutal e mal alimentados. Como consequência o trabalhador fica anêmico, com artrismo e outras doenças graves sem a mínima assistência por parte da estrada ou da C.A.P..

O item 33 nos indica o caminho da luta pela democratização da legislação social. É o caso de lembrarmos aqui o que acontece com os dispensados, sob esse regime de Vargas e Garcez. Eles não deviam crime algum e graças a luta dos ferroviários a justiça — e isto tão tarde, depois que sofreram tantos anos com suas famílias — reconheceu seu direito. Mas apesar da justiça ter dado ganho de causa aos dispensados, eles não foram reintegrados porque Muilaert, diretor da estrada, desmoralizado capacho do imperialismo americano, não o quer. Enquanto isto muitas famílias ficam sofrendo até que seus chefes sejam reintegrados e venham a receber a indenização e todo o tempo que estiveram afastados.

O item 34 fala do direito à livre organização dos sindicatos e seu livre funcionamento. O que vemos neste regime é o terror policial. Quando os ferroviários se organizam e lutam por suas reivindicações são até acusados de roubo. Chafic e a administração procuram cor-

romper e subornar os ferroviários, mais combativos, oferecendo promoções, e quando não conseguem ameaçam com remoções. Mas os verdadeiros ferroviários portam-se com dignidade.

O item 35 nos mostra o caminho da luta por um regime que garanta assistência e previdência social por conta do Estado e dos capitalistas, coisa que o povo desconhece neste regime semi-feudal. O que vemos são órfãos desamparados, viúvas e aleijados pedindo esmolas e a prostituição aumentando cada vez mais devido à falta de assistência. Na ferrovia há um espelho vivo desta situação: temos uma caixa de aposentadorias e pensões, a CAP, que retira dos nossos salários uma exorbitância de 7%. Mas se um ferroviário ou pessoa de sua família adoecer é obrigado a tratar-se em hospital, médico ou dentista particular, ficando escravo das dívidas por muito tempo. As viúvas são obrigadas a viver de uma mísera pensão. Os acidentados também são vítimas do corte do fornecimento do armazem e, se ficam fora do serviço mais de seis dias, perdem uma parte das férias, o salário é reduzido e custam a recebê-lo. Os que não sabem enfrentar a burocracia estão sujeitos a ser indenizados com uma bagatela.

Os aposentados recebem uma ninharia. É este o destino que aguarda os operários, já velhos e enfermos, depois de darem toda a sua vida para enriquecer os patrões. O mesmo acontece aos camponeses, que depois de velhos são escorraçados das fazendas e obrigados a estender a mão à mendicância e tachados de vagabundos.

O item 36 diz da abolição das formas de trabalho forçado, da militarização do trabalho e das multas. O que vemos, realmente, é o regime do trabalho forçado pela assiduidade que obriga o operário a trabalhar mesmo doente para não perder as folgas e o prêmio, sendo causa de acidentes e desastres, de doenças e distúrbios mentais.

O Programa do PCB reflete a realidade brasileira e nos orienta para a luta para libertar o país do jugo dos latifundiários e grandes capitalistas e do imperialismo americano. As ferrovias do Brasil estão inteiramente a serviço dos preparativos de guerra americanos, enquanto os mantimentos se perdem nos locais de produção, o que muito tem contribuído para a carestia e a especulação.

No futuro governo democrático de libertação nacional, que não está longe, teremos ferrovias a serviço de toda a coletividade e para conforto de todo o povo. Este regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano, já podre e corrupto, será varrido do Brasil pelas massas organizadas, como nos mostra o Programa. O povo brasileiro não se deixará matar de fome e não será arastado como gado de corte para as guerras imperialistas. O Programa, sendo bem difundido e assimilado, acabará com os erros de oportunismo, conformismo e sectarismo que muito têm atrasado o desenvolvimento político de nosso povo. Em relação às próximas eleições, o Programa é uma arma para mobilizar as grandes massas a fim de isolar e desmascarar os traidores e agentes do imperialismo.

(as.) Henrique Botucatu — Paulo, maio de 1954

Ainda discutimos pouco o Programa

OS CAMARADAS Luiz Carlos Prestes, Diógenes Aruda e João Amazonas nos ensinam que precisamos estimular o estudo dos materiais de nosso Partido, a elevação crescente de nosso nível ideológico — individual e coletivamente — pois somente assim conseguiremos realizar com mais facilidade as nossas tarefas. Nós, os comunistas brasileiros, temos a grande responsabilidade de unir a classe operária e a ela unir a massa camponesa e as demais camadas populares e progressistas de nosso país para que possa ser derrubado o governo de miséria e opressão que é o governo de Getúlio Vargas — defensor dos interesses dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros, servil dos incendiários de guerra norte-americanos — e ser formado um novo governo, o governo democrático de libertação nacional com um novo regime, o regime democrático-popular que interessa a 95% da população do nosso país e trará a paz, a liberdade, o progresso e o bem-estar.

Sabemos que a derrubada do governo de Getúlio Vargas não será para daqui a 20 anos. O descontentamento popular aumenta dia a dia provocado pela política de fome e opressão do governo. Ela está próxima, dependendo da nossa abnegação, da nossa atividade junto ao povo, da execução das nossas tarefas. Ela depende da nossa compreensão, de recrutar milhares de novos membros para o nosso Partido, da elevação de nosso nível ideológico, da nossa certeza na vitória, da nossa unidade em torno do camarada Luiz Carlos Prestes. Ela depende do nosso povo tomar conhecimento e aprovar o projeto de Programa do nosso glorioso Partido e lutar pela sua aplicação. Particularmente, nós, os comunistas, devemos não só aprovar o histórico documento como também devemos estudá-lo com carinho, debatê-lo, ter consciência do seu valor.

Acho importante repetir essas coisas porque tem se verificado uma maneira burocrática de debater tanto o Programa como os Estatutos, com tempo excessivamente limitado para a discussão conjunta de documentos de tão grande importância. Depois de uma tentativa dessas passam-se meses sem que se volte à discussão. A experiência mostra que um tal procedimento enfraquece a capacidade política dos militantes. Executam-se algumas tarefas, mas sem vida política surge o perigo, principalmente para os elementos novos, de se falhar na execução das tarefas, por falta de consciência de causa, por falta da elevação do nível ideológico.

Acho que, para que o projeto de Programa de nosso Partido se transforme em Programa de todo o povo é preciso que, primeiramente, todos nós, comunistas, tenhamos o Programa dentro de nossas cabeças, possuamos a convicção de sua justiça como Programa de Salvação Nacional.

(a) PALMIRO DE ANDRADE
Sorocaba, maio de 1954

Escolas, só Com a Aplicação do Programa do P. C. B.

NOS DIAS de hoje, graves e inúmeros são os problemas que preocupam à juventude brasileira. Desde a falta de esporte e educação física, a falta de estabelecimentos de ensino, o alto custo das taxas escolares, enfim, problemas que dizem respeito especificamente à juventude, até os grandes problemas nacionais pesam sobre todo o povo e se refletem de maneira brutal sobre a garantia do futuro e a situação de vida dos jovens.

Neste sentido, o projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil, ao formular como tarefa principal das forças democráticas e nacionais libertadoras a derrubada do atual governo e a substituição deste por um governo democrático de libertação, tornando também claro que no atual momento os inimigos do progresso do Brasil são os latifundiários, o imperialismo americano e seus agentes no país, aponta a juventude os seus reais inimigos. Estabelece com clareza contra quem lutar para conquistar uma vida melhor.

Aos jovens interessa, vitalmente, a garantia de emprego após a conclusão dos cursos secundários, técnicos e superiores. Esta garantia deverá existir no futuro governo. Hoje, tal não acontece. Sob a muitos milhares, o número de jovens formados que, ou se sujeitam a empregos que nada dizem respeito a suas habilitações profissionais, ou são atirados a um cruel desemprego.

O governo atual, servindo ao imperialismo lanque mantém a juventude sob o constante perigo de morrer em campos de batalha. Tal não interessa aos jovens que querem viver, gozar a alegria dos seus jovens anos. Esta a razão pela qual a juventude tem especial interesse pela aplicação do Programa do P. C. B. que preconiza a adoção de medidas que favoreçam a manutenção da paz.

A democratização das forças armadas, constituídas em sua maioria pela juventude, é uma das medidas que deverá ser posta em prática no governo democrático de libertação nacional. É com alegria que a juventude toma conhecimento desta medida, pois, atualmente, o jovem ao vestir a farda, perde a totalidade dos seus direitos civis. Perde o direito da manifestação do pensamento, é submetido ao E.D.E. (Regulamento Disciplinar do Exército), perde mesmo o direito de pensar.

A proteção e estímulo aos esportes, a construção de campos de esporte, ginásios, pistas, estádios populares — livrar a juventude da «pelada» em campos cheios de buracos e lama. O jovem brasileiro terá onde praticar o esporte que mais admira, direito este reservado hoje somente aos «filhos de papai».

As demais medidas que deverão ser concretizadas com a aplicação do Programa, por um governo democrático de libertação nacional, como sejam o estímulo às atividades literárias, artísticas, técnicas e científicas, a construção de escolas e os livros didáticos a baixo preço, tornam-se o ideal da maior parte do jovens.

O Programa é a única forma de tornar o Brasil independente, de libertá-lo do jugo do imperialismo americano, desenvolver sua indústria, permitindo à juventude ampliar as possibilidades de encontrar aplicação para seu ímpeto criador. No campo, os jovens, através da luta contra o latifúndio tem a única oportunidade de se libertar da miséria e fome em que vivem.

Todas as reivindicações contidas no Programa, quando concretizadas trarão à juventude brasileira uma vida melhor, sem as preocupações e dificuldades que hoje impedem o seu desenvolvimento.

A juventude tem, assim, na aplicação do Programa do P. C. B. a única saída para os seus problemas.

(as.) MALHEIROS J. — Curitiba, maio de 1954

O Programa do P.C.B. — Solução Para os Problemas da Juventude

VELHO estudante e debatendo o Programa do P.C.B..

De seus diversos pontos um particularmente, me chama a atenção por ser eu um operário que mora num bairro totalmente esquecido pelos poderes publicos. É o Ponto 21, que diz: «Instrução primária obrigatória e gratuita, assegurada pela construção, de uma rede de escolas em todo o país, a fim de liquidar o analfabetismo. O Estado assegurará aos estudantes livros didáticos e materiais escolares a baixo preço. Redução gradativa de todas as taxas escolares. Garantia de emprego para os jovens diplomados nos cursos secundários, técnicos e superiores.»

Apóio com entusiasmo estas medidas, pois sinto o

quanto o povo carece delas. No meu bairro, por exemplo, há somente duas escolas municipais, que vivem superlotadas. A maioria das crianças vive na ignorância, pois não têm possibilidade de frequentar essas escolas. Os professores ganham uma ninharia que não chega para a própria manutenção.

São forçados a dar aulas em dois turnos — um público, outro particular.

O bairro onde moro chama-se Malhado de Cima, subúrbio de Ilhéus. Os problemas que vejo aqui me convencem de que somente com a aplicação do Programa do PCB haverá progresso para o nosso país e bem-estar para o povo.

(a) De um operário da Fábrica de Móveis de Vime — (Ilhéus-Bahia).

PERGUNTAS E RESPOSTAS

SOBRE O ESTADO DEMOCRÁTICO POPULAR

PERGUNTA — Qual o tipo de Estado que será instaurado em nosso país com a vitória da frente democrática de libertação nacional?

(Alcides Soares Nascimento — S. Paulo)

RESPOSTA — Como consequência da vitória da frente democrática de libertação nacional, da derrubada do Estado de latifundiários e grandes capitalistas serviais do imperialismo lanque, deverá surgir em nosso país o Estado democrático-popular. Esse Estado será uma ditadura de todas as classes e camadas sociais interessadas fundamentalmente em libertar o Brasil do jugo do imperialismo americano e em acabar com o latifúndio e as sobrevivências feudais que impedem o desenvolvimento do país e condenam o nosso povo a uma vida de miséria. Essas classes e camadas sociais — como define o Programa do P.C.B. — são a classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional. A aliança entre os operários e os camponeses será a base sólida e invencível do novo poder. A classe operária será a força dirigente do poder democrático-popular.

O Estado democrático-popular é o tipo de Estado que corresponde, com fidelidade, às exigências da presente etapa da revolução brasileira, que se caracteriza por ser uma revolução antiimperialista e antifeudal.

Como esclarece o Programa, não se pode pretender já em prática, atualmente, em nosso país transformações socialistas. As transformações necessárias e inadiáveis, exigidas pelo desenvolvimento social do Brasil, são transformações de natureza democrática, que interessam não apenas a uma classe, mas à imensa maioria da população do país, a todos os que são atingidos pela dominação do imperialismo norte-americano e do monopólio da terra e que sofrem sob o poder tirânico do atual Estado. São transformações que visam, essencialmente, libertar a nossa pátria do jugo dos monopólios dos Estados Unidos, acabar com o latifúndio e as sobrevivências feudais realizando a reforma agrária, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, garantir ao povo o exercício das liberdades democráticas e possibilitar às massas trabalhadoras e populares uma vida próspera e feliz.

Para levar à prática as transformações reclamadas pelo desenvolvimento de nosso país é necessário, portanto, um poder estatal que seja a expressão das classes antiimperialistas e antifeudais. O Estado democrático-popular será a organização política dessas classes, será o povo no poder. O Estado democrático-popular é, assim, o único tipo de Estado que corresponde justamente às condições históricas atuais de nosso país.

PERGUNTA — Para a realização da reforma agrária, preconizada pelo Programa do P.C.B., devem os camponeses esperar a vitória do governo democrático de libertação nacional ou, contrário, devem lutar desde já por esse objetivo?

(Claudio Vieira Santos — Ilheus, Bahia)

RESPOSTA — A reforma agrária, como todas as demais medidas de interesse dos camponeses preconizadas pelo Programa do P.C.B., exige, desde já para a sua realização, a luta organizada das grandes massas camponesas. O mesmo pode ser dito em relação a todas as demais medidas expostas no Programa, pela efetivação das quais deve ser desenvolvida, urgentemente, a mais ampla luta de massas.

É isso o que mostra o camarada Prestes no seu Informe ao Comitê Central do Partido, em dezembro do ano passado. Disse Prestes: «Estudado o novo projeto de Programa, assimiladas as suas teses e idéias centrais, cada comunista está armado não só para levar o nosso Programa às massas, como para ganhá-las para as posições defendidas pelo Partido e para levá-las à luta pelos objetivos do Programa». Eis aí o que ensina Prestes: é preciso levar as massas, desde já a lutarem pelos objetivos estabelecidos no Programa.

Entre esses objetivos figuram a reforma agrária e outras reivindicações de interesse direto das massas camponesas que, como se sabe, constituem cerca de 70 por cento da população do país. Esses objetivos jamais poderiam ser alcançados a não ser como resultado de uma luta decidida e organizada dos camponeses, luta em que se unam firmemente as grandes massas de trabalhadores do campo.

Tentando enganar os camponeses, o governo de Vargas desde que subiu ao poder, fala em «reforma agrária». Mas os fatos mostram que os camponeses só terão realmente a terra em suas mãos lutando para conquistá-la, para arrancá-la dos latifundiários. A realidade é que, enquanto fala em «reforma agrária», Vargas protege os latifundiários, criando condições para que aumente a exploração e opressão dos camponeses. As

A forma pela qual se exercerá o poder do Estado democrático-popular está definida nos pontos do Programa do P.C.B. subordinados ao título «Regime político democrático-popular». O futuro regime político, como estabelece o ponto 6 do Programa, assegurará a plena soberania do povo. Será adotado no país um sistema de governo em que o poder supremo caberá ao Congresso Nacional, constituído pelos representantes eleitos pelo povo. Todos os órgãos do novo poder, dos inferiores aos superiores, serão eleitos pelo povo, cabendo aos eleitores o direito de cassar o mandato de seus representantes. O regime democrático-popular será unicameral, sendo abolido o Senado Federal. O povo elegerá também o presidente da República, que governará o país por intermédio de um Conselho de Ministros responsável perante o Congresso Nacional. O Programa define ainda numerosas outras características do Estado democrático-popular, tais como: representação proporcional dos partidos políticos em todas as eleições; autonomia política e administrativa dos Estados, Municípios, Territórios Federais e Distrito Federal; laicidade do Estado; democratização das forças armadas; supressão das organizações policiais de repressão e substituição das demais organizações policiais pela milícia popular; justiça rápida e gratuita com juizes e tribunais eleitos pelo povo, etc.

Como é evidente, o futuro Estado se regerá por uma nova Constituição, revogando-se a atual que, como diz o Programa, «é no essencial um código de opressão contra o povo». A futura Constituição, a ser elaborada pelos representantes eleitos pelo povo, deverá proclamar a República democrática em nosso país, consagrando em lei as conquistas do povo. Entretanto, mesmo antes de ser promulgada a nova Constituição, o poder democrático-popular assegurará plenamente os direitos e interesses do povo.

A instauração do Estado democrático-popular abrirá, portanto, para o nosso povo um futuro radioso de independência, liberdade e bem-estar. Pela primeira vez na história de nossa pátria o povo brasileiro irá gozar das liberdades democráticas.

A luta pela instauração do Estado democrático-popular interessa, assim, profundamente a todos os patriotas e democratas, a todo o povo brasileiro. Para se conquistar esse objetivo é necessário lutar com todas as forças contra o governo de Vargas, que é a expressão do regime atualmente imperante em nosso país, o regime dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo lanque. É para essa luta que o Programa do P.C.B. — programa de salvação da pátria e do povo — exorta a todos os brasileiros patriotas, independentemente de classe social a que pertençam ou de crenças e convicções que possuam, para que se unam numa poderosa frente democrática de libertação nacional, que afaste do poder a minoria que hoje entrega o Brasil aos bilionários americanos e coloque em seu lugar

a imensa maioria da nação, formada pela classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Só com a instauração do Estado democrático-popular, o poder do povo, o Brasil será uma nação próspera e independente e os brasileiros serão livres e felizes.

OS LATIFUNDIÁRIOS TERÃO CONFISCADAS APENAS AS TERRAS

PERGUNTA — Como serão tratados pelo governo democrático de libertação nacional os latifundiários que, além de terras, possuem também indústrias e empresas comerciais e são ligados ao imperialismo americano?

(F. Viana — Salvador, Bahia)

RESPOSTA — Esta questão já foi esclarecida em respostas anteriores. Entretanto, responderemos à pergunta que nos faz F. Viana.

Como o Programa do P.C.B. torna bastante claro, o governo democrático de libertação nacional confiscará não somente os capitais e empresas dos monopólios americanos que operam no Brasil, as terras que se encontram em mãos dos latifundiários e os capitais e empresas dos grandes capitalistas que, após a vitória do povo, trairam os interesses nacionais e se aliaram aos imperialistas americanos. São estes os únicos casos de confiscoção preconizados pelo Programa do P.C.B.

Dentro dessa definição é que devemos considerar a situação aventada na pergunta. Os latifundiários que sejam também industriais ou comerciantes terão confiscadas apenas as suas terras e os respectivos instrumentos de trabalho nelas existentes, não sendo de modo nenhum atingidos os demais bens que possuam. As

indústrias e as empresas comerciais de sua propriedade continuarão a funcionar livremente, sob as garantias da lei. Essas empresas somente serão confiscadas pelo poder popular caso os seus proprietários resolvam trair a pátria e se coloquem a serviço dos imperialistas americanos.

Esta é uma decorrência do próprio caráter da revolução antiimperialista e antifeudal. As medidas que serão postas em prática pelo governo democrático de libertação nacional terão por objetivo libertar o Brasil do jugo dos trustes americanos, acabar com o latifúndio e os vestígios feudais no campo e suprimir o regime antipopular atualmente dominante no país. As bases do capitalismo não serão tomadas pelo futuro poder democrático-popular que, ao contrário, garantirá a liberdade de iniciativa para os industriais, tomará todas as medidas necessárias para impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional e assegurará a liberdade para o comércio interno.

Lutar Desde já Pela Reforma Agrária

próprias estatísticas oficiais mostram, por exemplo, que vem se verificando em nosso país, nos últimos anos, um acentuado processo de concentração da propriedade da terra, o que quer dizer que o latifúndio avança cada dia mais, esmagando os pequenos e médios proprietários. Cai, drasticamente, o número global de estabelecimentos agrícolas, ao mesmo tempo em que cresce o número de grandes propriedades. Em S. Paulo, por exemplo, segundo revelam dados do Serviço Nacional de Recenseamento, o número de explorações camponesas, num período de dez anos, caiu de 252.615 para 221.609 em 1950. Nesse mesmo período, em Minas Gerais, o número de unidades agrícolas caiu de 234.585 para 266.253. Isso mostra que enquanto estiverem no poder governos de latifundiários e grandes capitalistas como é o governo de Vargas, nada podem conseguir os camponeses, e especialmente a posse da terra, senão a base de uma luta dura e tenaz.

Os camponeses, atualmente sem terra ou com pouca terra, só conquistarão as suas reivindicações e só avançarão no sentido de uma verdadeira reforma agrária lutando contra os latifundiários e as bárbaras formas semifeudais de exploração a que estão submetidos. Quer a posse da terra quer outras reivindicações dos camponeses como a extinção da «meia», a «terça» e demais formas de parceria, o pagamento em dinheiro aos trabalhadores rurais, a garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, a concessão de crédito, etc. — são reivindicações pelas quais as massas do campo terão de lutar desde já, sem esperar para a sua conquista pelo governo democrático de libertação nacional. Isso é o que se facilmente depreende, aliás, do próprio Programa. Em relação ao problema da terra, por exemplo, diz o Programa, no ponto 37, que com a vitória do regime democrático-popular «a lei reconhecerá as posses e ocupações de terras tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes».

Não pode haver nenhuma vacilação em se afirmar que a luta dos camponeses pela terra e demais reivindicações é que decidirá, da realização mais ou menos rapidamente de seus anseios.

Evidentemente, só com a instauração do governo democrático de libertação nacional os camponeses possuirão a terra, com todas as garantias e, como todo o povo brasileiro, verão os seus direitos e interesses plenamente assegurados. Mas, por sua vez, o governo democrático de libertação nacional só poderá ser instaurado como fruto da luta dos camponeses, da classe operária e de todo o povo pelas suas reivindicações. A base dessa luta é que se organize e se unifique os trabalhadores, é que se forjará a aliança entre os operários e os camponeses, é que se criará a frente democrática de libertação nacional, instrumento indispensável para a libertação do Brasil do jugo do imperialismo norte-americano, do latifúndio e do governo de Vargas.

A aliança entre os operários e os camponeses constitui a base da frente democrática de libertação nacional. Estas são as forças fundamentais do povo brasileiro. Juntas, elas representam uma força poderosa e invencível, podendo aglutinar em torno de si todas as demais camadas da população de nosso país cujos interesses não estejam associados aos imperialistas lanques ou aos latifundiários. Construir a aliança operário-camponesa é, portanto, um passo indispensável para a vitória do Programa de salvação nacional. Sem uma sólida aliança a classe operária e o campesinato o Programa do P.C.B. não será vitorioso.

Pois bem: para forjar a aliança operário-camponesa, que vai decidir da realização de medidas salvadoras como a reforma agrária, em geral, dos destinos de nosso povo, é necessário despertar e organizar urgentemente, as massas do campo para a luta pelos seus direitos e reivindicações. Essa luta, como observa Prestes no seu Informe ao Comitê Central do P.C.B. constitui a tarefa primordial dos comunistas. Disse Prestes: «Partindo sempre de um exato conhecimento das opiniões e reivindicações das diversas camadas da população, cabe aos comunistas saber indicar o caminho justo para resolver cada problema do povo — colocar-se, sem vacilações, à frente do povo na luta pela satisfação de suas necessidades». Isso significa que os comunistas, utilizando o Programa do Partido não como uma plataforma de simples promessas, mas como o instrumento de combate que é, devem desenvolver uma atividade cotidiana e sistemá-

tica no seio das massas na luta pelas suas reivindicações mais sentidas. Em relação aos camponeses, essas reivindicações são a posse da terra usurpada pelos latifundiários, a extinção de todas as formas dos restos feudais, as medidas de proteção pelo Estado à lavoura, além das exigências que variam de lugar para lugar. A medida em que se lancem nessas lutas, os camponeses irão compreendendo a necessidade de estreitar as suas relações com os operários da cidade, de criar e fortalecer as suas organizações, de dirigir a sua luta no sentido da derrubada do atual regime e do governo de Vargas e na sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional. A experiência prática mostrará aos camponeses que só um governo que saia do próprio seio da aliança entre os operários e camponeses e do apoio de todas as demais forças progressistas da nação poderá realizar de fato a reforma agrária, entregar a terra aos camponeses e assegurar todos os seus direitos e interesses.

Nessa luta deve-se sempre levar em conta, com o maior cuidado, o nível de consciência em que se achem as massas para que possa indicar com justiça tais ou quais formas de luta. Mas, ao mesmo tempo, deve-se ter em vista extirpar qualquer tendência oportunista que surja visando dificultar o desenvolvimento das lutas no campo sob o pretexto de que isso pode prejudicar a frente única antiimperialista. Esse ponto de vista é inteiramente falso. Já em 1927, referindo-se à China, dizia o camarada Stálin: «A frente antiimperialista na China será tanto mais forte e poderosa quanto de um modo mais rápido e efetivo for atraído o campesinato chinês pela revolução». Este ensinamento de Stálin tem para nós toda validade.

Podemos, portanto, concluir esta resposta afirmando que a realização da reforma agrária e de todas as demais medidas preconizadas pelo Programa do P. C. B. exige que, desde já, as massas camponesas se lancem à luta por tais reivindicações. No processo dessas lutas se forjará a aliança operário-camponesa, base da frente democrática de libertação nacional, cuja vitória tornará possível uma efetiva reforma agrária e assegurará os direitos e interesses dos camponeses. Quanto aos comunistas, isso exige que eles se lancem com energia, entusiasmo e habilidade na tarefa de dirigir e colocar-se à frente das massas camponesas na luta pelas suas reivindicações, indicando-lhes o justo caminho da luta contra o governo de Vargas e pela instauração do governo democrático de libertação nacional.

A Política de Vargas se Chama

GETULIO É RESPONSÁVEL PELOS CRIMES DA POLICIA

"O atentado à vida do jornalista Nestor Moreira é a seqüência de crimes, espancamentos e assassinatos de jornalistas e trabalhadores pela polícia, como podemos citar entre outros os espancamentos e assassinatos dos trabalhadores do Arsenal de Marinha, do jovem tecelão Altair de Paula Rosa, dos grevistas da indústria de móveis, todos do Distrito Federal, os assassinatos do jornalista Jaime Calado, no Estado do Ceará, de Haroldo Gurgel e Antônio Barbosa, em Goiás, das invasões no Sindicato dos Marceneiros, em São Paulo, no Sindicato Nacional dos Marinheiros e Remadores, a ocupação do Cais do Pôrto e da Ilha de Mocanguê por juizeiros navais, etc.

O maior responsável por estes crimes é o governo do sr. Getúlio Vargas, que os estimula com leis de Segurança do Estado e com assinaturas de tratados internacionais que ferem as liberdades democráticas asseguradas na Constituição Federal de 1936, como sejam os tratados Brasil-Estados Unidos e o da Conferência de Caracas.

Assim, pois, a agressão ao jornalista Nestor Moreira é a continuação de ataques às liberdades democráticas em todo o país, pois dezenas de jornalistas e trabalhadores estão nos fundos dos carcereiros forçados por lutarem pelo pão, a liberdade, a paz e a independência nacional.

A Confederação dos Trabalhadores do Brasil, que luta insistentemente pelos direitos sindicais e as liberdades democráticas, solidariza-se com os jornalistas profissionais e concita todos os trabalhadores do Brasil a ampliarem e reforçarem a campanha da defesa e garantia dos princípios democráticos assegurados na Constituição Federal.

(Da conclusão da CTB em apoio à passeata dos jornalistas).

Um amplo e indignado movimento de revolta e protesto se ergue em torno da lei em que agoniza um jornalista brutalizado selvageramente pela polícia. O crime não ocorreu num longínquo rincão perdido no interior — foi cometido em Copacabana, bairro grifino da capital do país. A vítima não pertence a um jornal de oposição, mas sim a um jornal do próprio governo, o vespertino "A Noite". O jornalista não se ocupava do noticiário ou do comentário político, dedicava-se precisamente à reportagem policial, sendo por isso figura conhecida dos seus leitores.

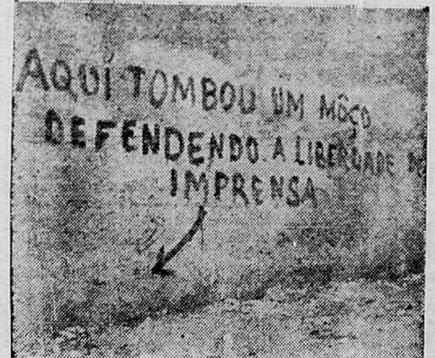
Entretanto, o espancamento bestial que reduziu a frangalhos o corpo indefeso de Nestor Moreira foi considerado um fato tão corriqueiro e banal que nem sequer foi registrado no livro de ocorrências. Em todos os momentos, quando sua sala escura o jornalista era massacrado ou quando o ministro da Justiça foi à ABI para enfrentar os jornalistas, o mesmo clima de impunidades para os bandidos policiais.

Todas essas circunstâncias se somam para caracterizar aos olhos do povo um governo despótico e tirânico. A rusga requintada selvageria policial contra o povo se torce de impunidade por todo o país, alastrando-se até os lairões ricos da própria capital e rompe todos os freios, atingindo a forma de violência indiscriminada contra tudo e contra todos, inclusive os próprios jornalistas dos órgãos governamentais.

As medidas tomadas pelo chefe de polícia — diretamente ditadas — diante da onda crescente de protestos, denunciam a liberdades democráticas, os direitos do cidadão e o respeito do pelo povo. A sua democracia é a democracia das baionetas.



Altair de Paula Rosa, seu matador policial está impune.



O povo goiano assinou o lugar em que foi abatido Haroldo Gurgel. O povo não perdoa.

GANGSTERISMO OFICIAL CONTRA A IMPRENSA

Estes três anos de governo do latifundiário Getúlio Vargas são marcados por uma onda de gangsterismo contra a imprensa brasileira. Além das oficinas depredadas, das redações saqueadas, dos jornalistas presos, torturados e processados — as sepulturas de jornalistas acusam os violadores sangrentos da liberdade de imprensa.

Há menos de um ano, o jornalista Haroldo Gurgel, redator de "O Momento" de Goiânia, foi fuzilado em plena via pública. Pouco antes, os jagunços do governo tinham assaltado a redação de outro jornal, "O Estado de Goiás". Tudo teve origem nas críticas da imprensa ao Departamento de Energia Elétrica de Goiânia. O mandante do crime é conhecido, chama-se Pedro Arantes. Mas não só continua impune como, após consumado o crime, foi viajar e teve um concúrrido bota-fora ao qual compareceram altas autoridades, dadas.

Pouco depois, foi assassinado fria e covardemente o jovem jornalista da imprensa popular, Antônio Barbosa, com apenas 22 anos de idade. A polícia se arrogou o direito de exercer a censura prévia nas edições de "O Catalão". Querria assim impedir que o bravo jornal popular continuasse mostrando ao povo o caminho da luta contra a opressão dos grandes latifundiários goianos. Antônio Barbosa defendeu a liberdade de imprensa, protestou. Foi atacado a bala, reagiu e foi fuzilado no seu posto de honra. Os criminosos, todos conhecidos, continuam impunes.

O jornalista Jaime Miranda, diretor da "Voz do Povo" e Maceió, sofre torturas físicas e morais há quase um ano nas masmorras do udenista Arnon de Melo. Logo após a sua prisão foi barbaramente torturado durante 15 dias consecutivos por um grupo de espancadores chefiados por um bandido do F.B.I. americano.

Depois de vários meses de ocupação policial foi finalmente devolvida a sede de "O Momento" da Bahia aos seus legítimos donos. Além das sevícias infligidas a seus redatores e gráficos presos, a polícia depredou completamente a redação e as oficinas do jornal. O clamor popular forçou uma decisão judicial favorável ao jornal. Mas os criminosos violadores da liberdade de imprensa, que tantas vezes já tentaram inutilmente calar "O Momento" e são reincidentes contumazes no crime, continuam impunes. São do governo.

Mais uma vez, este ano, a redação de "Notícias de Hoje", em S. Paulo foi invadida e pilhada pela polícia. O clamor popular obteve inclusive uma ordem judicial de indenização a ser paga pela polícia do carioto governador Garez. Está evidenciada aos olhos de todos a violência policial. Como das outras vezes o crime permanece impune.

Em janeiro deste ano, a polícia pernambucana do casarão Fetelevo ocupou a redação da "Folha do Povo", prendeu o jornalista Wilson Farias e doze gráficos. O delegado Melquíades Montenegro, que chefou o assalto, declarou que tinha recebido ordem para censurar o jornal. O assaltante e seus mandantes continuam impunes. Eles estão no governo.

Esta relação poderia ser continuada com numerosos outros exemplos. O governo despótico de Vargas exerce o gangsterismo à moda americana contra a imprensa e os jornalistas brasileiros. Uma das incumbências de sua polícia é precisamente a de violar a liberdade de imprensa.

O ATAQUE AOS ESTUDANTES E AO POVO DE BELÉM

O revoltante massacre do jornalista Nestor Moreira seguiu-se a curto intervalo aos acontecimentos de Belém do Pará, onde uma pacífica manifestação estudantil foi atacada pela força armada, enviada para esse fim pelo próprio comandante da Região Militar, general Veríssimo.

Esse agravata de corou desafio os sentimentos democráticos da mocidade e de todo o povo, reclamando publicamente a anulação do direito de voto de milhões de brasileiros. Para esse fascista é um absurdo que o voto de uma lavadeira tenha o mesmo peso nas urnas que o voto de um general. Em defesa das liberdades constitucionais e dos direitos dos cidadãos, apoiados por todo o povo, os estudantes criticaram as declarações do gal. Veríssimo em um de seus cartazes. Foi o suficiente para que as liberdades de manifestação, de pensamento e de palavra fossem atacadas por choques militares. Os protestos contra o vandalismo se generalizaram pelo país inteiro. O cartaz de Belém do Pará foi reproduzido em toda parte. Mas o gal. Veríssimo não só não foi punido, como recebeu o prêmio de uma promoção. Ele pratica a democracia das baionetas e dos canhões. E se um general pode atirar contra o povo inermemente em plena praça pública, que esperar dos esbirros do general Ancora? Eles pertencem todos à mesma máquina de opressão, assassina e liberticida.

GOVERNO ASSASSINO DE OPERÁRIOS

Foi aberto "inquérito" para apurar as responsabilidades no caso do assassinio do jovem operário Altair de Paula Rosa, na greve dos têxteis cariocas. Renovou-se a farsa da polícia fazer inquérito sobre seus próprios crimes. Mais uma vez Getúlio fingiu indignação ante a aplicação de sua própria política de feroz inimigo da classe operária. Não só os bandidos policiais ficaram impunes, como novas violências e crimes foram cometidos pelo governo contra as liberdades democráticas, o direito de greve e a autonomia sindical.

VIOLÊNCIA



Nestor Moreira, de quem foi vítima isolada.

Em abril do ano passado, manifestação popular contra a carestia, na Praça da Sé, em São Paulo, foi atacada a bala e a pata de cavalo. Assim como Garcez defenderam os tubarões, a cordem de sua pata de fome. Pouco depois, quando da memorável greve de 50.000 operários paulistas, foram as prisões e espancamentos de dezenas de operários, o ataque a bala a uma passeata em frente às porteiiras da Mooca, Sindicato dos Marceneiros.

Prosseguindo na onda de atentados, Getúlio e Jango Goulart dissolveram a cassina de uma assembleia de maritimos no Rio de Janeiro, depois completamente a sede do Sindicato. E agora, os fuzilamentos, de arma embalada, tentam em vão intimidar os trabalhadores do pórtio e da Ilha do Monangüê.

Estes são alguns dos atos de Getúlio contra a liberdade sindical. A relação, aqui, é enorme. A política governamental de criação de prisões, de torturas monstruosas contra os trabalhadores, como é exemplo o que ocorreu com os marinheiros do Arsenal de Marinha, corresponde aos interesses de classe que Getúlio defende — os interesses dos latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas americanos.

ÓDIO FERROZ CONTRA OS PATRIOTAS

Os patriotas que se erguem contra a traição de um governo que entrega o país aos exploradores americanos, os homens de bem que se levam em defesa da causa da paz são alvo do ódio feroz do governo de Vargas.

Até hoje está impune o aperto pelo governo o assassinio do taifeiro Clarindo, jornalista e herói nacional-libertador, Agilberto Vieira de Sá.

Violência, a arma principal de Vargas

Mesmo esta Constituição da pelo governo de Vargas, registrados na Constituição pelas autoridades do Estado, a letra da Constituição atual Lei de Segurança das Liberdades Individuais, continuando as tarefas das leis segundo os interesses capitalistas servilistas dos denam a longos anos de atual regime de exploração usada apenas como máscara de caráter tirânico do governo. A violência contra o povo e o desenfreada de Vargas, porém, de desenfreada de mudanças radicais econômica e social do Brasil.

(Do projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil).

nas mãos dos espancadores profissionais do famigerado Serviço Secreto do Exército. O eminente cirurgião, dr. Vulpiano Cavalcanti, foi espancado a ponto de lhe quebrarem várias costelas. Os canibais, além disso, lhe batiam com cassetete nos dedos, berrando: «isso é para que você não possa operar nunca mais».

A Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem publicou um folheto com revelações impressionantes das próprias vítimas da santa polícia. Nesses «Depoimentos Esclarecedores» e irresponsáveis são denunciadas violências terríveis contra a integridade física e moral de presos indefesos, torturado a preito do «combate ao comunismo». Doses monstruosas de óleo de ricino, dias inteiros sem água nem comida, corpos queimados a brasa de cigarro, espancamentos durante noites e dias, alto-falantes ensurdecadores nas celas onde os presos eram jogados nus sobre o cimento — eis algumas das sevícias de que foram vítimas centenas de militares e civis.

Muitos desses crimes foram comprovados por uma comissão parlamentar de inquérito, foram denunciados nas Câmaras e pela imprensa. Mas os algozes continuam impunes, fazendo novas vítimas.

MOREIRA NÃO É UM CASO ISOLADO

O emprego generalizado da violência inquisitorial em toda parte demonstram claramente que não estamos simplesmente diante de casos dispersos de autoridades que exorbitam de suas funções. Pelo contrário, isso que descrevemos rapidamente é o principal de sua função. A violência, a liquidação das liberdades democráticas e o desrespeito sistemático às franquias constitucionais são o principal na política do governo de Vargas. Terror e demagogia, cada vez mais terror à medida que a demagogia se desmoraliza, esta é a política, este é o programa do governo de Getúlio.

Para realizar essa política, a polícia — em todos os seus escalões, em todos os seus setores, em toda a parte desde o Rio de Janeiro até Catalão no interior goiano, — só pode ser uma seleção de bandidos desprovidos de qualquer sentimento humano, treinados para a brutalidade e o homicídio. Por isso o selvagem espancamento de Nestor Moreira nem sequer foi registrado no livro de plantão da delegacia de Copacabana. A vida de um ser humano é coisa de somenos numa delegacia de polícia.

UNIÃO DE TODOS EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Diante de tudo isso, a consciência da necessidade da luta em defesa das liberdades democráticas ganha as massas de milhões de brasileiros. A onda de indignação que percorre o país em face dos acontecimentos de Belém do Pará, o protesto veemente que parte de todos os pontos do país diante do espancamento de Nestor Moreira, o apoio de organizações sindicais, patrióticas, estudantis e populares à iniciativa dos jornalistas de realizar uma passeata de protesto, exigindo a punição dos criminosos — são fatos que demonstram a disposição de luta de nosso povo, a sua decisão de preservar as liberdades democráticas e barrar o caminho da fascistação do país, impedindo a aplicação das leis liberticidas de Getúlio, como a lei de segurança.

O assalto organizado às liberdades democráticas traz a marca «made in U. S. A.» — desmascara diante do povo um governo de traição, servil aos imperialismos americanos. O anticommunismo selvagem é a fonte de toda essa política liberticida. Na luta de nosso povo pelas liberdades democráticas inscreve-se, como a mais alta reivindicação, a luta pela legalidade do glorioso Partido Comunista do Brasil, pelo respeito aos direitos civis e políticos da classe operária e das camadas mais avançadas da população.

Essa luta é capaz de unir e unirá todo o povo, é capaz de derrotar e derrotará o policialismo e o crime erigidos em sistema de governo pelos exploradores do povo e vendilhões da pátria.



Estes flagrantes de violência policial são da grande greve dos 300.000 em S. Paulo, são o retrato do "trabalhismo" da Getúlio.



Este cartaz denuncia os generais fascistas. Em resposta à violência ele está sendo reproduzido e lido a rua pelos estudantes de todo o Brasil.



Assim Getúlio concede a liberdade de imprensa. A matilha armada até os dentes invade a redação de "Notícias de Hoje", em São Paulo.



O jornalista Rui Carlos Lisboa, de "Notícias de Hoje", espancado diante da redação do jornal. Motivo: escreveu a verdade.



Enquanto os jornalistas eram espancados na prisão, os vândalos policiais quebravam as máquinas da redação de "Momento" de Bahia.

VOZ DOS LEITORES

A CIA. PAULISTA ALEGA ECONOMIA PARA MAIOR EXPLORAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS

PEDERNIRAS (Do correspondente) — Na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, verifica-se um brutal aumento de exploração sobre os ferroviários. A diretoria da Estrada alega que está empenhada em fazer a maior economia possível a pretexto de que a situação é deficitária e por isso está reduzindo o quadro do pessoal. Estações de 5ª classe em que eram empregados dois chefes de 6ª classe e um de 5ª classe, passaram a funcionar com apenas um de 6ª e um de 5ª classe. Na estação de Tamoió que está enquadrada no regime de 8 horas diárias, a administração retirou um chefe de 6ª classe e o resultado é que os demais passaram a trabalhar 12 horas por dia. Foi preciso o chefe da 6ª classe sr. Delduque Baltasar mover ação contra esse ato da administração, para que o fosse restabelecido o regime de oito horas. Em caso de doença de um empregado como acontece frequentemente devido à absoluta falta de substitutos no quadro de chefes de estação e auxiliares, os mesmos são obrigados a dobrar o plantão perfazendo um total de 24 horas de trabalho consecutivas. Isto em estações de grande movimento de trens. Pois assim mesmo a Estrada se recusa a pagar o dia em dobro, tendo o deslante de propor que seja descontado nas folgas. O chefe de Transportes da 4ª Divisão, Henrique Ambrósio, vem movendo verdadeira perseguição contra os ferroviários, trazendo-os em polvorosa. Para ele, ferroviário nenhum presta, são todos "ladrões e cachaceiros". Nas suas inspeções ao longo da linha não cumprimenta nenhum empregado, olha todos com desprezo. Mas todos sabem que ele mais se parece com um cão de fila dos patrões.



Do lado da rigorosa economia que a estrada vem fazendo em relação aos empregados, os chefes gozam de todas as regalias e lançam mão do que bem entenderem do material da estrada. Todo mundo sabe que o superintendente da 4ª Divisão, dr. Carlos Mulcove leva uma boa vida, sendo muito comentada as suas farras e pileques. Pois esse senhor construiu à beira do Rio Tietê junto à ponte da ferrovia, dois belos ranchos com todo o conforto exigível e unicamente com materiais e mão de obra da Estrada, sendo sua conservação feita pela turma da Conserva. Para os empregados, quando necessitam de qualquer material, a resposta é de que não podem conceder.

É claro que a economia é feita unicamente para apertar ainda mais a exploração dos ferroviários.

Nos períodos de férias, em consequência do salário de fome que percebem os ferroviários vêm-se forçados a trabalhar em outros serviços, para manter a família.

Todas essas são questões que preocupam profundamente aos trabalhadores da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e lhes indicam o caminho da união e da luta organizada através do sindicato, a fim de por um parafuso às arbitrariedades cometidas pela administração da Estrada e os patrões, com a proteção do governo de Vargas.

Na Paraíba

RESPONSÁVEL O GOVERNO PELO DESCALABRO E AS NEGOCIATAS DO S. A. I.

Um leitor paraibano nos relata o seguinte:

Vai para quatro anos que os trabalhadores do Serviço Agro-Industrial não recebem aumento de salário. Vive-se com a miséria de 15 cruzeiros por dia, são forçados a comprar um litro de feijão «mocoço» a Cr\$ 4,50; um de farinha a 3,50; um de milho a 3,50; de arroz a 10 cruzeiros; um quilo de café a 40,00; os tecidos geralmente estão fora do alcance dos trabalhadores.

Qual a razão de tanta exploração e tanta miséria. Há muitas, mas para agravar todas as consequências, não se podem esquecer as negociatas e desfalques que se dão nessa repartição do governo, como é do conhecimento geral. As acusações pesam sobre os chefes do S.A.I.

O chefe do S.A.I. é o sr. José Guimarães Duque, responsável pelo extrativo de 3 milhões e 500 mil cruzeiros durante o ano de 1953. É claro que esse dinheiro, se em-

pregado em aumento de salários, muito teria contribuído para afastar a miséria das famílias dos trabalhadores.

O sr. Guimarães Duque é proprietário da Fazenda Carapicho, na qual segundo consta, estão sendo aplicados dinheiros provenientes das verbas orçamentárias do S.A.I. Todo mundo sabe que ali são empregados ilegalmente operários, máquinas e veículos, por conta daquela repartição governamental. Entretanto, já se ouviu o sr. Duque dizer que «essa classe nojentosa de operários só presta morrendo de fome». E por isso que o sr. Duque nega assistência médica aos trabalhadores.

Que acontece aos trabalhadores enfermos? O médico, sr. Paulo Guerra, manda deportar esses doentes para lugares ignorados, como se fossem animais. Este dr. Paulo tem merecido vários apellidos pelas perseguições que impõe aos trabalhadores. Corre por aqui que esse médico esteve envolvido em negócios inconfessáveis com os donos da Grande Fazenda Itaboral e que, para evitar o zuzum é que ele proíbe os trabalhadores de se visitarem uns aos outros e até de se encontrarem nas estradas para conversar. Para isso existe toda uma rede de alcaguetes e policiais destinada a prender os esuspeitos de comunismo». Entretanto, essa polícia faz vista gorda em relação às irregularidades como furtos de legumes do posto, verbas extraviasdas, etc., em que estariam envolvidos os indivíduos Paulo Guerra, Clodoaldo de Carvalho, Osvaldo Cruz, José Maria, Mestre Meira, Tito, etc.

Para tratar de suas fazendas, o dr. Paulo tem sempre a seu serviço, carros e operários do S.A.I. A seu serviço trabalham os elementos Pedro Bento e Chico Henrique, que se dedicam a cortar o aumento de um a dois cruzeiros por dia. De uns corta a metade. De outros, corta tudo.

O chefe de Contado, sr. Trajano Nóbrega, tem uma odiosa tradição de perseguidor da classe trabalhadora. Vive aboletado numa camioneta do S.A.I., segundo se diz, tratando de assuntos políticos e negócios vantajosos para sua propriedade. Dois trabalhadores, Enéas Cavalcante e Antônio Fernandes, foram julgados incapazes para o serviço; ganham somente 15 cruzeiros por dia e o sr. Trajano já ameaçou botá-los para fora porque alguém foi pedir-lhe que lotasse os dois homens. E ainda disse que, com 15 cruzeiros eles ainda podem juntar dinheiro... O sr. Trajano, ainda por cima, desconta todos os anos um dia de salário de cada trabalhador para fazer uma festa religiosa. O que se negar a pagar, será demitido e isso é uma violação da lei. Diz-se que o padre Oriel de Sousa faz o mesmo quando vai a São Gonçalo. Mas não é só. O sr. Trajano paga 900 cruzeiros a cada um dos dois sargentos de polícia, por conta do Serviço de Emergência, além do salário que esses militares já percebem. Também o sr. Trajano tem dois alcaguetes a seu serviço — um tal de Lima e o velho Osvaldo Pessoa, ambos perseguidores dos operários. Segundo se diz, mancomunado com Cícero Gomes,

recebe 50 metros cúbicos de pedra e dá nota de 100 a razão de 50 cruzeiros. Fala-se ainda que ele faz trapaceiras com as folhas de pagamento incluindo turmas de emergência que não existem no campo.

Lima vive armado ameaçando céus e terra. Chegou a Contado ganhando 16,00 por dia, casou-se bem e hoje passa o tempo todo em sua fazenda com turmas de carpinteiros, pedreiros e outros operários, tudo por conta do «velho» S.A.I.

Enquanto isso, aumenta a miséria dos trabalhadores. Anteriormente o trabalhador podia comprar o cento da laranja e manga, a 10 cruzeiros; banana, a 20 centavos a dúzia; um côco a 50, o litro de leite, a 50, e assim por diante. Agora, os preços foram elevados para os próprios trabalhadores por ordem do sr. Duque, de 100 a 1.600%; e o pretexto é que os trabalhadores já estão gozando de muitas regalias. Entretanto, para os pobres não comprarem, Duque mandou enterrar vários centos de laranja.

A quem cabe a culpa de toda essa situação? É claro que a culpa é do governo de Getúlio e seu ministro José Américo, que reduzem as populações do Nordeste à escravidão e à ruína. Qualquer trabalhador que ler o Programa do Partido Comunista do Brasil compreenderá facilmente que não há outro caminho para livrar nosso povo desse sofrimento, senão o caminho da luta por um governo democrático de libertação nacional, por um regime onde não haverá mais lugar para situações dessa natureza e gente dessa espécie.



IRREGULARIDADES NO POSTO DE PUERICULTURA DE RANCHARIA

UM LEITOR de Rancharia nos escreve sobre o Posto de Puericultura local, dizendo conta de certas irregularidades que ali se verificam. Em primeiro lugar, refere-se à falta de amabilidade de enfermeiras e médicos para com as pessoas simples. Diz que certas senhoras já têm saído de lá chorando por esse motivo. Refere-se também à morosidade com que são atendidos, porque o posto está longe de possuir as instalações necessárias para o tratamento de todas as crianças que dele necessitam. Cita o fato de um casal que tem oito filhos. O marido tem que levantar-

se às 4 da manhã para conseguir um cartão a fim de levar o filho doente ao posto. Sua senhora, D. Eliza perdeu três dias de serviço para obter um vidro de colírio. O médico examinou seu filho menor e disse que se ela tivesse dinheiro, comprasse o remédio. Caso contrário, podia deixar que o menino sarasse com o tempo.

O leitor mostra-se revoltado com o fato de que há pessoas privilegiadas que são atendidas com amabilidade e antes de outras que permanecem nas filas de 3 da madrugada até as 10 horas da manhã.

Na Cervejaria Mãe Preta

TRABALHAM DOZE HORAS PARA NÃO MORRER DE FOME

RIO CLARO — (Do correspondente) — Os trabalhadores da Cervejaria Mãe Preta percebem um salário de fome e vivem na mais extrema miséria com um salário de 4 a 4,50 por hora. Para não morrerem de fome são obrigados a trabalhar 12 horas por dia, mas a empresa não lhes paga o acréscimo a que têm direito pelas horas extras. Menores trabalham com salário de 2 a 2,50 por hora, com 6 horas consecutivas de trabalho, sem direito a folga para o lanche. Os que trabalham em serviços insalubres não têm o necessário amparo. Trabalham nas câmaras frias com as roupas molhadas, durante 12 horas, para poder matar a fome de suas famílias. O resultado é que dentro de poucos anos de trabalho ficam entevados pelo reumatismo e predispostos à tuberculose, recebendo finalmente pensões miseráveis.



Nessa empresa os trabalhadores não dispõem de proteção alguma contra os acidentes. É o que se dá com as moças que trabalham no engarramento, sujeitas a perder a vista e receber outros graves ferimentos, pois não há proteção alguma contra os estouros e os estilhaços de vidro. Mas há muitas outras irregularidades na empresa. Ali não há refeitório, apesar de ser um local distante da cidade. O cômodo destinado à troca de roupa é imundo e cheio de crunchos, pois é um depósito de cevada.

O gerente, diante das reclamações dos operários, alega que não aumenta o salário dos trabalhadores porque os lucros da fábrica são baixos. Mas os operários sabem que isso não é verdade pois a empresa sempre tem dinheiro para ampliar suas instalações. Por exemplo, estão comprando novas máquinas que custam uma fortuna, montaram uma companhia de refrescos cerejinha em Santa Bárbara e se empenham em instalar novas máquinas para refresco. A situação da empresa é de prosperidade e lucros consideráveis, senão, como explicar esses fatos?

Os trabalhadores sabem que a empresa pode pagar melhores salários e o que lhes falta é apenas união e organização para melhor reivindicarem seus direitos. Por isso estão tratando de organizar o seu sindicato juntamente com os trabalhadores de outras empresas; e para isso tratam de formular um programa de reivindicações que una a todos. Até agora os trabalhadores já firmaram os seguintes pontos:

- 1 — Salário-mínimo de 2.300 cruzeiros.
- 2 — Instalação de um refeitório.
- 3 — Equipamento adequado para os serviços insalubres.
- 4 — Aparelhos para proteger o rosto dos que trabalham na seção de engarramento.
- 5 — Pagamento das horas extras de acordo com a lei.
- 6 — Ingresso em massa dos trabalhadores no Sindicato.

O 1º DE MAIO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO (Sul de Minas do correspondente) — A União Beneficente Operária desta cidade realizou os festejos do 1º de Maio. Aproximadamente 500 pessoas participaram de uma grande passeata a que compareceu o prefeito local, sr. Geraldo Flois.

A passeata partiu da sede da União, abrihantada pela banda de música desta cidade. Um trabalhador pronunciou uma saudação à grande massa, enaltecendo o significado da data internacional dos trabalhadores. As 22 horas teve início o grande baile tradicional promovido pela União.

POSTA-REstante

JOÃO PESSOA — Carta de Anastácio Assunção, a propósito de um debate sobre petróleo.

CARTA de um ferroviário da Leopoldina sobre a significação da Revolução Russa.

GOIANIA — Sebastião de Barros Abreu — sua carta será respondida pessoalmente.

RIO CLARO — Correspondente da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Sua carta será publicada na próxima edição.

CORNÉLIO PROCÓPIO — Recebemos o texto de um volante distribuído nessa cidade saudando o 32º aniversário do Partido Comunista do Brasil. No dia 25 de março, a cidade foi despertada por uma salva de fogos de artifício.

VOZ OPERÁRIA

Diretor Responsável
JOÃO BATISTA DE LIMA E SILVA
MATRIZ
 Av. Rio Branco, 257, 17º and. sala 1712
SUCURSAIS

São Paulo — Rua dos Estudantes, 84, s/ 29 — 2º andar.
 P. Alegre — Rua Voluntários da Pátria, 527, sala 48.
 Recife — Rua da Palma, 295, s/ 205, Ed. Saet
 Salvador — Rua João de Deus, 1, s/1.
 Fortaleza — Rua B. do Rio Branco, 1248, s/22.

Endereç. telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPERIA
ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 60,00
Semestral	30,00
Trimestral	15,00
N. avulso	1,00
N. atrasado	1,50

Este semanário é reimpresso em S. PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELEM.

SEM CONGELAMENTO DOS PREÇOS É UM LÓGRO O SALÁRIO-MÍNIMO

Desprezando os falsos argumentos dos tubarões, lutam os trabalhadores pela aplicação do salário-mínimo sem restrições.

NO QUADRO geral da luta pela melhoria das condições de vida, após a conquista do novo salário-mínimo, que Getúlio concedeu a contragosto e que já diminuiu na prática, desenvolve-se a luta pelo congelamento geral dos preços ao nível de junho de 1953, pois, como se sabe, foi na base dos preços vigentes nessa época que as comissões oficiais, sempre favoráveis aos tubarões,

calcularam as tabelas de salários-mínimos ora em vigor.

A luta pelo congelamento dos preços é um complemento indispensável da conquista de melhores salários. A constante elevação dos preços que se vem dando desde 1953 já torna insuficientes os salários atuais dentro de poucos meses, sem a vitória da estabilização dos preços eles se tornam tão insustentáveis como os que antes vigoravam.

Salários, 10% apenas do custo

A propaganda patronal desenvolve no momento um grande esforço para justificar os novos aumentos de preços que marcham em ritmo acelerado, alegando as supostas dificuldades que lhes criariam os novos níveis de salário-mínimo. Ninguém desconhece, porém, que, pelo contrário, a exigência dos novos salários é que foi causada pelo nível insuportável da vida para as mais amplas camadas trabalhadoras. Mesmo segundo os cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, assim cada Cr\$ 100,00 da manufatura lançadas no mercado incluem, em média, no Brasil, apenas Cr\$ 10,00 correspondente a salários, menos portanto que de outros países igualmente atrasados, como a Argentina, onde a participação dos salários no custo de manufatura corresponde a 13%. Deve-se notar, ainda, que precisamente em Minas Gerais onde se ergueu a maior grita patronal, assinalam-se os salários relativamente mais baixos do país (nesse Estado, para cada 100 cruzeiros de mercadorias manufaturadas havia apenas 8,50 cruzeiros de salários).

Lucros que assustam

Por outro lado, é evidente o contraste chocante entre os lucros auferidos nos últimos anos sobretudo pelas grandes empresas ligadas aos monopólios norte-americanos, e a diminuição acelerada do poder aquisitivo dos trabalhadores e da massa do povo.

Sim, os lucros aumentam de ano a ano. Que o diga o próprio Ministério do Trabalho, que se recusa a divulgar os dados que possui sobre o assunto, não obstante a ameaça do demagogo

Derrotar a manobra de Vargas

Os trabalhadores não podem morrer de fome! Por isso lutam e hão de lutar com energia pelo pagamento integral do salário-mínimo sem descontos, nem assiduidade, nem diminuições sob qualquer pretexto. Por outro lado, hão de barrar a manobra de Vargas que, com mão de gato, pretende ceder por um lado, enquanto rouba por outro aumentando ainda mais os preços. Daí a necessidade de obter o congelamento dos preços, nos níveis que serviram de base ao cálculo dos novos salários-mínimos. Sem isso a vitória dos trabalhadores conquistada a 1º de Maio se reduziria a nada. E aos trabalhadores não interessa o papel, mas os meios necessários à sua própria sobrevivência, o quer dizer à sobrevivência da nação brasileira.

Jango, ao ser estabelecida a nova tabela do salário-mínimo. Que o diga o Ministério da Fazenda, que igualmente prometeu divulgar as cifras, quando elaborou o novo sistema de tributação do imposto sobre a renda. São de tal forma astronômicos esses lucros que Aranha e Jango têm receio do escândalo que poderia ocasionar sua divulgação entre o grande público, que mal tem para comer.

Nunca foi tão grande a exploração!

Segundo a Divisão do Imposto sobre a Renda, os lucros aumentaram fabulosamente em 1953. Conforme o órgão arquipatronal «O Globo», do Rio, do dia 17 último, «Através das declarações de rendas relativas ao exercício de 1953, já se pode observar que o ano findo foi dos mais proveitosos para o Comércio e a Indústria, em todo o país. Em todos os Estados da União, principalmente em S. Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Distrito Federal, onde se acham localizadas as maiores concentrações comerciais e industriais, os lucros continuaram em ascensão...» Sabe-se que, nos últimos anos, há empresas que vêm obtendo lucros que chegam a 1.000, 2.000

e até 3.000 por cento sobre o capital! É conhecido o exemplo de certas fábricas de tecidos, como a «Cometa», do Alto da Serra fluminense, ou o das empresas Matarazzo. Que não dizer então dos lucros dos trustes americanos que, donos de posições-chave e do próprio governo, ganham por todos os lados?

A única saída

Não! O aumento do salário-mínimo não é «antieconômico», «catastrófico», «demagógico» ou tudo o mais que apregoam cinicamente os alto-falantes dos tubarões e alguns «economistas» bem pagos. Em primeiro lugar, o novo salário-mínimo, sem descontos, é uma necessidade vital para o povo e constitui dever sagrado dos trabalhadores lutar pela sua aplicação irrestrita. E mais, o aumento do salário-mínimo constitui um estímulo à indústria e ao comércio verdadeiramente nacionais, já que amplia o poder de compra do povo e expande o mercado interno. Quanto às empresas nacionais em dificuldades, seu caminho há de ser a luta contra a concorrência dos monopólios ianques e o repúdio à política econômico-financeira de Vargas, realizada a serviço desses monopólios.

FALAM A VERDADE AS CADERNETAS DOS EMPÓRIOS

VARGAS e os PATRÕES com sua política de carestia, além das restrições impostas pela lei do Salário-Mínimo, marcham para a anulação dessa conquista do proletariado brasileiro.

Produtos	Junho-Julho 1953	Abril-Maio 1954
AÇÚCAR	5,30	5,60
ARROZ	11,00	14,00
GORDURA	28,00	40,00
BATATA	5,00	9,00
CAFÉ	36,00	63,00
CARNE	18,00	24,00
FAR. DE MAND.	3,80	6,50
FEIJÃO	4,50	8,00
LEITE	3,40	4,10
PÃO	10,00	12,00
SABÃO	14,00	21,00
BACALHAU	28,00	42,00
CARNE SECA	18,00	30,00
MACARRÃO	9,00	12,00
MANTEIGA	48,00	60,00
TOUCINHO	22,00	36,00

Deixam de figurar nesta tabela as oscilações verificadas de bairro para bairro, de empório para empório. A manteiga, em Rio Comprido, estava sendo vendida a 72 cruzeiros o quilo! Os medicamentos se elevaram numa proporção de 30 a 40%.

LIBERTAD

PARA

JESUS FARIA!



VICE-PRESIDENTE DE LA CONFEDERACION DE TRABAJADORES DE LA AMERICA LATINA
C. T. A. L.

DIRIGENTE DE LOS TRABAJADORES PETROLEROS DE VENEZUELA

SECUESTRADO

Desde el 6 de mayo de 1950 por la dictadura militar-terrorista venezolana

OTROS DIRIGENTES SINDICALES VENEZOLANOS SECUESTRADOS			
FREDERICO RONSON	FRANCISCO PEREZ SALAS	RAFAEL MORALES	JUAN HERREIRA
LUIS EMILIO ARRIETA	JOSÉ MARTÍNEZ POZO	ALCIDES RONDON	ALCIDES RONDON
J. GONZÁLEZ NAVARRO	LAUREANO TORREALBA	ALCIDES RONDON	ALCIDES RONDON
J. MARCANO RODRÍGUEZ	LAUREANO TORREALBA	ALCIDES RONDON	ALCIDES RONDON
GUSTAVO VILAVAREDES	ALCIDES RONDON	ALCIDES RONDON	ALCIDES RONDON

EXIJAMOS LA LIBERTAD DE JESUS FARIA

y de los miles de trabajadores y militantes democráticos secuestrados y martirizados

¡DESARROLLAD Y FORTALECED LA SOLIDARIDAD PROLETARIA INTERNACIONAL!

ENVIAD PROTESTAS A: PDTE. MARCOS PEREZ JIMENEZ MIRAFLORES, CARACAS, VENEZUELA.

Confederación de Trabajadores de la América Latina (C. T. A. L.)

LIBERTAD PARA JESUS FARIA

JESUS FARIA, o mais querido e prestigioso dirigente dos trabalhadores venezuelanos e vice-presidente da Confederação dos Trabalhadores da América Latina, vem sendo consumido aos poucos pelo sofrimento nas infames masmorras da prisão de San Juan de los Morros, vítima de um monstruoso sequestro.

Durante quatro anos, desde 6 de maio de 1950, as organizações de trabalhadores, democráticas e progressistas do mundo inteiro, tendo à frente a Federação Sindical Mundial (FSM) e a CTAL exigiram da ditadura política-militar da Venezuela a liberdade de Jesus Faria. A estas gestões os carcereiros de Faria responderam com um acirramento de seu ódio contra ele e contra o movimento operário e democrático venezuelano. Aos parentes de Faria, respondem que a liberdade do querido líder é impossível porque se trata de um "préso especial".

Efetivamente, Jesus Faria é um refém dos trustes norte-americanos do petróleo e do ferro que dominam a Venezuela. Faria, sequestrado durante quatro anos, sem qualquer forma de processo judicial, é, na verdade, um préso "especial". Em sua pessoa os trustes ianques e o governo se vingam do proletariado e do povo venezuelano, pela greve heroica de maio de 1950 que paralisou a extração de petróleo naquele país durante 22 dias. Faria é um símbolo não só das lutas dos trabalhadores por suas reivindicações econômicas e sociais, mas também um símbolo de todo um povo que luta para libertar sua pátria do jugo do imperialismo norte-americano.

O governo terrorista de Marcos Perez Jimenez mantém nos seus inmundos cárceres, além de Jesus Faria, grande número de dirigentes sindicais e camponeses, e milhares de trabalhadores, transformando a Venezuela numa vasta prisão. Entre os mais destacados dirigentes operários sequestrados nas mesmas condições de Jesus Faria, encontram-se Frederico Ronson, dirigente dos trabalhadores do calçado, membro do Comitê Central da CTAL; Luis Emilio Arrieta, dirigente do Sindicato dos Marítimos Petroleiros; J. González Navarro, dirigente da Federação Sindical do Distrito Federal; J. Marciano Rodríguez, Presidente da Associação Nacional de Empregados; Gustavo Vilavaredes,

dirigente camponês; Pedro Bernardo Peres Salinas, Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela; José Martínez Pozo, veterano fundador do Sindicato dos Trabalhadores do Calçado do Estado de Zulia; Laureano Torrealba, dirigente do Sindicato de Metalúrgicos do D. F.; Alcides Hurtado, dirigente petroleiro, delegado ao IV Congresso da CTAL; Nicolás Colorado, dirigente do Estado de Aragua; Macundo Lopez, dirigente petroleiro, membro do Comitê Central do COSUTRAPET; J. J. Delpino, dirigente petroleiro do estado de Zulia; Salom Meza, dirigente sindical; Rafael Morales, dirigente petroleiro do Estado de Zulia; Jesus Correa, dirigente petroleiro; Luis Perez, dirigente dos trabalhadores do calçado; Martín H. Giron, dirigente dos empregados do comércio; Alcides Rondon, dirigente petroleiro; Juan Herreira, dirigente dos trabalhadores da construção.

A Confederação dos Trabalhadores da América Latina está se dirigindo a todas as organizações filiadas e às organizações de trabalhadores de todas as tendências, e às forças democráticas e progressistas da América, um ardente apelo para que seja intensificada a luta pela libertação de Jesus Faria e todos os demais dirigentes operários e democráticos que se encontram nas garras da camarilha policial militar que governa a Venezuela a serviço dos imperialistas ianques. Nesse sentido, indica a necessidade do envio de cartas, telegramas e manifestos ao préso, diante Marcos Perez Jimenez, em Miraflores, Caracas, Venezuela.

Apela ainda para que comissões de trabalhadores e personalidades progressistas visitem as embaixadas e consulados da Venezuela a fim de reclamar a libertação de Jesus Faria.

O proletariado brasileiro, que tem manifestado em tantas outras oportunidades o seu profundo sentimento de solidariedade internacional, que luta em nosso país pela libertação de tantos patriotas vítimas do governo de Vargas e do imperialismo norte-americano, não faltará com o seu caloroso apoio ao apelo da organização sindical mexicana dos trabalhadores latino-americanos.

Endereço da embaixada venezuelana: Barão de Lucena, 59. Telefones — 22-6220 e 26-3405 — Botafogo — Rio de Janeiro.

Centro de União Patriótica Dos Brasileiros

DOBROBRA-SE em todo o território nacional a atividade da Liga da Emancipação Nacional, congregando patriotas de todas as tendências e correntes para o objetivo comum de preservar em benefício do nosso povo as riquezas do país e a independência da pátria.

A Liga da Emancipação Nacional é como um gigantesco e portentoso edifício cujos construtores atacam o trabalho simultaneamente nos mais diversos pontos. Assim, por exemplo, enquanto se anuncia na imprensa diária a solene instalação da entidade, na ABI, ao mesmo tempo em São Paulo realiza-se importante reunião na Biblioteca Municipal, onde as medidas para a instalação da Liga já contam com o apoio do trabalho em marcha em municípios tão importantes como Santos, Sorocaba, Campinas, Santo André, Ribeirão Preto, Bauratins, Assis, Araçatuba e Campos de Jordão. Quando a Liga for instalada, em 11 de junho próximo, já estarão funcionando regularmente esses diretórios municipais.

Apoio de entidades

A atuação da Liga da Emancipação Nacional coincide com a atividade e os objetivos de inúmeras entidades e organizações populares dos mais variados tipos. Isto quer dizer que existem inúmeras possibilidades de ação comum e que, a sua autonomia e feição própria, elas podem se entrosar e articular com a Liga.

Um entre tantos exemplos é o da Frente Negra Brasileira, que conta com 30.000 socios, somente no Estado de São Paulo. O delegado da F.N.B., sr. Ranulfo Ferreira, declarou:

— Já tenho autorização para me pronunciar em nome da Frente Negra Brasileira. Não podemos ignorar esta luta agora encabeçada pela Liga da Emancipação Nacional. Os negros de nossa terra, assim como todos os brasileiros, não podem ficar de braços cruzados diante da calamitosa situação que o país atravessa por culpa única e exclusiva da dominação norte-americana e pela sujeição dos homens do governo aos interesses imperialistas.



AS COMISSÕES trabalharam incansavelmente durante a Convenção. Agora esses debates se multiplicarão em toda parte, discutindo os problemas de nossa terra.

E referindo-se às empresas americanas, acrescentou o sr. Ranulfo Ferreira:

— Encaro essas empresas da mesma maneira que as encarou a Convenção Pela Emancipação Nacional. Sou pela expulsão pura e simples dos monopólios america-

nos de nossa terra e pela encampação de seus bens, a começar pela Light.

Grandes debates democráticos

A fundação da Liga da Emancipação Nacional vem suscitando um número cres-

cente de manifestações de eminentes personalidades, que focalizam os problemas candentes desta hora. Neste momento, a presidência da Liga está tratando de confrontar esses pontos de vista, estabelecer o fecundo debate democrático, ampliar e difundir a livre discussão dos problemas nacionais, das questões que afetam o povo, de modo a interessar e esclarecer as mais vastas camadas da população.

Assim, dentro do âmbito da Liga, já está sendo organizada uma ampla mesa-redonda de líderes sindicais que debaterão seus problemas em face da Carta da Emancipação Nacional. Outras mesas-redondas e discussões estão em cogitação, devendo ser convidados especialistas, técnicos, industriais, parlamentares para debater livre e democraticamente problemas tais como o dos transportes, do comércio, da produção industrial e agrícola, etc., tendo em vista o desenvolvimento independente e a prosperidade da economia nacional.

Desde a reunião do núcleo profissional e residencial até os grandes debates nacionais e os comícios patrióticos a Liga da Emancipação realizará um múltiplo trabalho de união patriótica da maioria esmagadora dos brasileiros.

Regime Escravista na Exploração dos Camponeses de Goiás

No Estado de Goiás, na zona da Barranca, criou-se o «Ranca-Tóco», um jornalzinho mimeografado, que se dedica à luta em defesa dos camponeses. A primeira página do n.º 7, aparece a denúncia de uma violência da polícia e dos latifundiários contra o diretor daquele órgão da imprensa popular, Geraldo Tibúrcio, atacado a tiros pelos esbirros do governador Ludovico e barbaramente espancado juntamente com seu companheiro José Ribeiro, fuses crímes se deram em Golanésia, onde os dois patriotas se encontravam a serviço da campanha pró-imprensa popular.

Qual a razão dessas brutalidades e violações das liberdades democráticas? A leitura do vibrante jornalzinho camponês dá a resposta. Essas arbitrariedades são represália dos latifundiários e seu governo policial, pelas denúncias sobre a desumana exploração dos camponeses no Estado de Goiás.

VENDIDOS COMO ESCRAVOS

Em sua reportagem o «Ranca-Tóco» descreve como é efetuado o tráfico de nordestinos nos latifúndios de Goiás. Cita o exemplo da fazenda São Carlos onde chegam sempre caminhões lotados de nordestinos flagelados. O fazendeiro os recebe, escolhe os mais fortes, paga suas passagens e despesas de viagem e gratifica o chofer do «pau de arara» com cinquenta cruzeiros e às vezes mais por cabeça. Assim, os nordestinos comprados como gado de corte, já entram na fazenda endividados. Com o trabalho terão que pagar aqueles gastos. Mas esse pagamento jamais pode ser efetuado. Ao contrário, o que acontece é que essas dívidas aumentam. Concorre para isso o fato de que os nordestinos são obrigados a se alimentar numa pensão imunda que por esse motivo já foi apelidada de «pensão mata-balanos».

Em consequência da miséria e dos sofrimentos a que são submetidos, os nordestinos frequentemente fogem. O responsável pela fazenda entretanto, manda prendê-los e não raro eles são recambiados para o trabalho escravo. Quem executa essa infame tarefa é o delegado José de Oliveira, vulgo «Almoré», conhecido jagunço de Jonas Duarte, e o mesmo que atacou a tiros o diretor do «Ranca-Tóco», submetendo-o a cruel espancamento.

CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

O regime escravista imposto aos camponeses goianos é também denunciado concretamente no que diz respeito à Fazenda Cafeira, verdadeiro campo de concentração. Quem ingressa naquela fazenda para trabalhar tem que se submeter a uma verdadeira inquisição. Os camponeses são obrigados a fornecer aos fiscais suas biografias, dizer de onde vieram, a que família pertencem, se militam em algum partido político, sindicato, ou qualquer outra organização. Se as informações não coincidirem com os gostos dos fazendeiros, não serão admitidos. Os que conseguem emprego, ficam sob permanente vigilância, com jagunços a intrusarem-se até em suas atividades particulares e conversas. Se os alcaguetes descobrem que alguém é contra o governo de Getúlio, é demissão na certa. Os colonos e assalariados agrícolas são forçados a tomar alimentação de péssima qualidade fornecida por uma pensão da própria fazenda, vivendo por isso em permanente subnutrição. São todos obrigados a comprar no «barracão» da fazenda, o que concorre para aumentar suas dívidas para com os patrões. Finalmente, sob qualquer pretexto, são despedidos da fazenda sem remuneração alguma. Esses métodos são empregados para que os camponeses, afinal, trabalhem exclusivamente em troca da «bóia». Um dos pretextos para a demissão é falar em sindicato. Os latifundiários temem mais o sindicato que o diabo à cruz.

O PROGRAMA DA SALVAÇÃO DOS CAMPONESES

O valente jornal dos camponeses da zona da Barranca, indica a aplicação do Programa do Partido Comunista do Brasil como a única maneira de liquidar esse regime imposto pelos latifundiários. Indica o caminho da união dos camponeses em sindicatos rurais que serão poderosos instrumentos para a luta pelas reivindicações nas fazendas.

A própria experiência dos camponeses lhes traz a convicção da necessidade de lutar contra o governo de Getúlio e Ludovico. Eles aspiram com ansiedade possuir um pedaço de terra para trabalhar e produzir livremente, desejam que acabe para sempre o regime do barracão, da «meia» e da «terça», que desejam que acabem para sempre o regime policial e escravista que lhes é imposto pelos latifundiários e o governo. Os comunistas cumprem o seu dever ajudando os camponeses a conquistar essas reivindicações.



CAMPANHA DE RECRUTAMENTO NO P. C. DA SUECIA

O Comitê Executivo do P.C. da Suécia efetuou uma campanha de recrutamento. Durante esta campanha obteve-se êxito considerável na divulgação da imprensa comunista, conseguindo-se milhares de novos assinantes para as revistas e jornais do Partido. O apelo do Comitê Executivo a propósito da campanha salienta que o crescimento do interesse pela imprensa do Partido, assim como o aumento nos sindicatos e em outras organizações de massas do partido de nossa política ampliaram consideravelmente as possibilidades de reforçar o Partido Comunista do ponto de vista organizativo.

Intensifica-se o Estudo Político no Partido Comunista de Chile

FUNCIIONAM atualmente em Santiago cinco seminários para os quadros dirigentes do Partido Comunista de Chile, com o seguinte programa: decisões da IX Conferência Nacional e dos Plenos do C.C. do P.C.C.H., materiais do XIX Congresso do P.C.U.S., materialismo dialético e histórico, economia política e a obra de J. V. Stálin «Problemas Económicos do Socialismo na U.R.S.S.».

Na capital do Chile funcionam igualmente uma escola para os membros da direção regional de Santiago e diversas escolas para os membros de comissões e comitês comunais. Também organizou-se o estudo político em cursos de curta duração e nas ce-lulas.

Este ano, depois de longa interrupção, foi reaberta em Santiago a Escola Central de Quadros e, no último

Vida Dos Partidos Comunistas

XVI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA ÁUSTRIA

A 18 de maio último inaugurou-se em Viena o XVI Congresso do Partido Comunista da Áustria. Na sessão inaugural foi prestada uma homenagem à memória de J. V. Stálin e K. Gottwald, e o camarada Franz Honner fez uma saudação aos representantes dos Partidos irmãos.

O camarada Johann Koplenig, presidente do Partido, fazendo o informe sobre o trabalho do Comitê Central, analisou a situação internacional, examinando particularmente as questões relativas à luta pela independência nacional da Áustria,

ameaçada pelo militarismo da Alemanha Ocidental.

Os delegados e convidados acolheram com estrondosa ovação a mensagem enviada pelo C.C. do P.C.U.S., em que se diz: «O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética deseja ao Partido Comunista da Áustria êxito na luta pelo desenvolvimento independente e democrático do país, pela união de todas as forças democráticas e patrióticas contra o militarismo e a ameaça de um novo Anschluss, pelos interesses vitais dos trabalhadores, pelo fortalecimento de suas fileiras, pela paz e a amizade entre os povos».

REUNIU-SE O C. C. DO P. C. DA GRÉCIA

EM ABRIL deste ano realizou-se um Pleno do Comitê Central do Partido Comunista da Grécia. Nessa ocasião, o camarada Georgis Guasias, Secretário do C.C. do Partido, fez um informe sobre o trabalho dos membros do C. C. e as tarefas das organizações do Partido em Atenas, no Pireu e em todo o país.

Após a discussão do informe, o Pleno adotou a resolução «O Partido Comunista da Grécia no caminho de novas lutas e êxitos em prol do povo e do país», que aprova, no fundamental, o trabalho da direção em 1953. A resolução indica igualmente que, depois da reorganização efetuada em meados de 1953, observou-se considerável animação na atividade do Partido.

O C.C. encarregou o Secretariado de continuar melhorando a direção das organizações do Partido em Atenas, no Pireu e em todo o país.

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA PARAGUAIO

Por motivo da passagem do Primeiro de Maio, o Partido Comunista Paraguai lançou um manifesto proclamando o povo «a luta unida pelo pão e pela liberdade, pela independência nacional e pela paz no mundo, contra a intervenção americana e a ditadura esfomeadora, por um governo de unidade democrática do qual participe a classe operária».

O manifesto denuncia as falsas promessas dos conspiradores guionistas e estigarribistas, dos militares fascistas vendidos aos Estados Unidos e ao peronismo, que planejam uma ditadura militar. Para sair da situação de miséria e fome que se encontra, o povo paraguai deve confiar unicamente na força de sua unidade. A ditadura antinacional ainda se mantém unicamente porque as forças do povo e da democracia ainda não estão unidas. Os comunistas trabalham para unir os operários como classe e para unir todo o povo em defesa dos interesses nacionais, contra a tirania e a dominação estrangeira.

OS SINDICATOS RURAIS



«Nessa luta libertadora, os operários e camponeses constituem a força principal e indestrutível. A aliança dos operários e camponeses é necessária. Os operários ajudarão os camponeses, como aliados, na luta pela terra. Os camponeses ajudarão os operários, como aliados, em sua luta pelo melhoramento radical das condições de vida da classe operária. Esta aliança das forças fundamentais do povo brasileiro decidirá do destino do governo de Vargas e do regime reacionário que ele personifica».

(Do Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil)

OS OPERÁRIOS E SEUS SINDICATOS AJUDAM OS CAMPONESES

TAL como aconteceu na realização das conferências de São Paulo e Campina Grande, os operários e seus sindicatos ajudam, agora, seus irmãos camponeses a organizar os Sindicatos Rurais. Já antes disso, o maior sindicato rural do Brasil — O Sindicato dos Trabalhadores do Cacaú, na Bahia, que tem mais de 5.000 associados e é uma grande força — foi organizado graças à ajuda da Associação Geral dos Trabalhadores da Bahia.

Os sindicatos operários organizam caravanas que se dirigem às concentrações camponesas, tomam parte em assembleias, debates e sabatinas, enviam organizadores e propagandistas ao campo e põem à disposição dos camponeses toda a sua experiência em matéria de organização. Os sindicatos operários dão todo apoio às comissões de camponeses que vêm à cidade, mostram-lhes como encaminhar os papéis, põem à disposição dos camponeses a assistência necessária para que as leis que permitem a organização dos sindicatos rurais não fiquem no papel.



COM a ajuda de seus irmãos operários os camponeses brasileiros estão unindo e organizando suas fileiras para se libertarem da exploração e da opressão nos latifúndios, para imporem o respeito às suas liberdades e direitos de cidadãos, para lutarem pela posse da terra — a sua mais ardente aspiração.

Assim, os camponeses já conseguiram realizar com êxito uma Conferência Nacional de Assalariados Agrícolas e Camponeses Pobres, em São Paulo. Em Campina Grande, na Paraíba, também se reuniu vitoriosamente uma conferência de trabalhadores agrícolas e camponeses pobres do nordeste.

O feixe de varas é o sindicato rural

NESSAS Conferências, os camponeses falaram livremente porque foram reuniões feitas por eles mesmos e com a ajuda dos seus melhores amigos, os operários das fábricas, organizados nos seus sindicatos. Essas conferências mostraram a verdade e o caminho a seguir porque não foram controladas pelo governo, por Getúlio e seu Ministério do Trabalho, nem pelos grandes fazendeiros, pelos latifundiários, todos inimigos dos camponeses.

Essas conferências chegaram à conclusão de que os assalariados agrícolas, colonos de café, camaradas, peões, empreiteiros, tarefeiros, diaristas e mensalistas devem organizar-se em Sindicatos Rurais.

Ficou demonstrado que chegou a hora de formar o feixe de varas. Pois é certo que uma vara só, o camponês desorganizado, o taturá quebra. Mas o feixe de varas, os camponeses unidos e organizados, não há força que possa quebrar.

O feixe de varas é o sindicato rural.

SÃO OS FEIXES DE VARAS

A SINDICALIZAÇÃO É GARANTIDA POR LEI

OS LATIFUNDIÁRIOS desencadearam uma campanha contra a sindicalização rural, perseguem de todas as formas os camponeses que lutam por seus direitos, dizem que não é legal. Os latifundiários mentem.

Já em 6 de janeiro de 1903, há mais de 50 anos saiu a lei 979 reconhecendo o direito à sindicalização rural. Depois de muitos anos veio a lei 7.038 que criou os sindicatos rurais. Seguiu-se o decreto-lei 8.127 que trata do mesmo assunto. Em 19 de março de 1945, o Ministério do Trabalho expediu a portaria n.º 14, estabelecendo as normas para o reconhecimento dos Sindicatos Rurais e estabelecendo o estatuto padrão dos sindicatos rurais.

Portanto é falso que os sindicatos rurais estejam fora da lei. O que acontece é que essas leis sempre ficaram no papel. E agora, quando os camponeses, de mãos dadas com os operários, põem mãos à obra, Getúlio anuncia uma sindicalização rural à sua moda, para colocá-los «sob o controle do governo».

Controle do governo é o mesmo que intervenção, a peste contra a qual lutam os sindicatos operários. Não está claro que Getúlio faz o jogo dos seus comparsas, grandes fazendeiros, procura tomar conta dos sindicatos rurais, já que hoje em dia não poderá continuar impedindo que os sindicatos rurais se organizem e lutem?



A Importância da Sindicalização

A Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses Pobres, recentemente realizada em S. Paulo, aprovou as seguintes resoluções sobre a organização dos trabalhadores rurais:

I) Que os trabalhadores agrícolas do Brasil se lancem em um poderoso movimento organizado, para que se criem em todo o país sindicatos rurais de assalariados agrícolas, colonos de café, camaradas, peões, empreiteiros, tarefeiros, diaristas, mensalistas, etc; e

que se criem associações profissionais de vários tipos em que se unam os arrendatários, meeiros, parceiros, «posseiros», moradores, agregados, etc.

II) Apelar aos sindicatos de trabalhadores para que apóiem e ajudem, concretamente, os camponeses a criarem as suas próprias organizações.

A Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Nordeste tomou resoluções semelhantes, mostrando a importância da sindicalização rural.



OS COMUNISTAS CUMPRIRÃO SEU DEVER

JÁ PODIAM existir sindicatos rurais há mais de meio século. Eles não se formaram porque não há liberdade, porque o governo é contra. Portanto, a lei não basta, é preciso lutar e fazer respeitar o direito dos camponeses.

Os comunistas, que sempre dedicaram a melhor atenção aos camponeses, saberão cumprir o seu dever. Estarão na primeira linha, para mobilizar as amplas massas de trabalhadores agrícolas. Unirão os dez milhões de camponeses sem terra de nossa pátria e os ajudarão a organizar seus sindicatos rurais, a derrotar a campanha reacionária dos grandes proprietários de terra e do governo, assustados com a marcha vitoriosa dos trabalhadores das cidades e dos campos para a aliança operário-camponesa.

A aliança operário-camponesa dará a terra aos que nela trabalham, libertará nossa pátria da exploração e da opressão dos imperialistas americanos e de seus lacaios, seus sócios e cúmplices, os grandes capitalistas e latifundiários.

DIREITOS ASSEGURADOS POR LEI

OS TRABALHADORES AGRÍCOLAS em nosso país — assalariados, camaradas, peões, colonos de café, empreiteiros, tarefeiros, diaristas e mensalistas — têm os seguintes direitos assegurados por lei:

- ★ Carteira Profissional
- ★ Jornada de trabalho de 8 horas
- ★ Pagamento das horas extraordinárias toda vez que trabalharem fora das 8 horas normais
- ★ Férias remuneradas;
- ★ Salário-Mínimo
- ★ Salário pago por prazo nunca inferior a um mês;
- ★ Salário igual para trabalho igual, sem distinção entre homens e mulheres;
- ★ Proibição de descontos nos salários, a não ser com o consentimento do trabalhador;
- ★ Pagamento do salário em dinheiro e não em gêneros, não havendo acôrdo.
- ★ Descanso semanal remunerado
- ★ Liberdade de organização.

Entretanto, estes direitos são negados pelos latifundiários e pelo governo de Getúlio Vargas aos trabalhadores do campo. A Constituição do país e a Consolidação das Leis dos Trabalhadores são, assim, desrespeitadas.

Que fazer para obrigar os latifundiários e o governo a respeitarem os direitos que a lei assegura aos trabalhadores agrícolas?

A resposta é: «ORGANIZAR-SE, UNIR A TODOS PARA IMPOR O RESPEITO AOS DIREITOS CONQUISTADOS. O SINDICATO É A GRANDE ARMA DOS TRABALHADORES RURAIS».

DA UNIÃO DOS CAMPONESES

CANDIDATOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE S. PAULO



Emerenciano Prestes de Barros



João Taibo Cadórniga

EMERENCIANO PRESTES DE BARROS — Já eleito por expressiva maioria para a Prefeitura do grande parque industrial e ferroviário de Sorocaba, o prof. Emerenciano Prestes de Barros é um dos candidatos populares que concorrerão no Estado de São Paulo no pleito de 3 de outubro ao posto de deputado estadual.

Personalidade de sólido prestígio na grande cidade proletária, o prof. Emerenciano Prestes de Barros tem participado de todas as jornadas patrióticas das forças progressistas de São Paulo, como partidário da paz e defensor das nossas riquezas naturais e da independência nacional. Ultimamente, apoiou a memorável Convenção Pela Emancipação Nacional, participando ativamente dos trabalhos daquele conclave de unificação das forças democráticas, progressistas e anti-imperialistas do Brasil.



JOÃO TAIBO CADÓRNIGA — Eis um nome que o proletariado e o povo de São Paulo pronunciam com carinho. Desde longa data, João Taibo Cadórniga se revelou um dinâmico líder popular na grande cidade portuária de Santos, onde exercia a profissão de professor. Tem participado entusiasticamente de todas as lutas patrióticas de nosso povo pela paz e pela independência nacional, contra a colonização de nossa pátria pelos imperialistas norte-americanos.

Cadórniga já obteve na cidade de Prestes o sufrágio de 10 mil votos que o conduziram ao posto de deputado estadual. Na tribuna legislativa e nas praças públicas, Cadórniga soube cumprir os honrosos compromissos assumidos com seu eleitorado.

Novamente, não só os cidadãos santistas mas também da Capital e de todo o Estado, terão em João Taibo Cadórniga um candidato digno de seus votos. O proletariado santista, que já elegeu uma vez João Taibo Cadórniga, saberá impor com a força de seu voto, a vitória desse candidato popular. A eleição de Cadórniga, representará uma derrota para os entreguistas, os inimigos da paz e da independência nacional. As forças democráticas de Santos sufragarão sua candidatura.

ALISTAMENTO EM MASSA!

ELIZEU ALVES DE OLIVEIRA

Ganha impulso em todo o país a campanha eleitoral. Na maioria dos Estados e grande número de importantes municípios, surgem em meio à consagração popular, indicadas frequentemente por assembleias operárias e populares, as candidaturas dos patriotas que disputarão os postos eletivos no pleito de outubro. Ao mesmo tempo, intensifica-se o alistamento eleitoral. Os candidatos populares patrocinam a organização desses postos por intermédio dos quais milhares e milhares de cidadãos serão capacitados a exercer o direito do voto. Nessa campanha do alistamento amplas perspectivas se apresentam para os ativistas eleitorais. De um lado, é a recuperação dos eleitores desiludidos com a atuação dos entreguistas e agentes do imperialismo que voltaram seu mandato contra o povo. Trata-se de convencer esses eleitores da necessidade de eleger os patriotas e derrotar os inimigos da pátria. De outro lado, é o alistamento de milhões de jovens que desde o último pleito atingiram o limite de idade que lhes permite votar.

Em comandos de casa em casa, entre os operários sindicalizados, nos clubes, nas empresas, fazendas e escritórios, o alistamento eleitoral oferece imensas possibilidades de êxito. Os ativistas eleitorais, principalmente os comunistas, ao se lançarem com afinco nessa tarefa estão cumprindo um dever patriótico, estão fortalecendo as fileiras das forças progressistas que se debrantarão nas eleições de outubro com as forças da reação e do imperialismo lanque e as derrotarão.

LILA RIPOLL

NUMEROSO grupo de destacadas figuras dos meios intelectuais gaúchos acaba de lançar um manifesto indicando o nome da poetisa e educadora Lila Ripoll como candidata a deputada estadual. Figura prestigiosa da literatura nacional, laureada com prêmio da Academia Brasileira de Letras, presidente da seção do Rio Grande da Associação Brasileira de Escritores, Lila Ripoll encarna bem os ideais democráticos e progressistas do povo gaúcho. É uma ardorosa partidária da paz que tem colocado todo o poder de sua inspiração artística a serviço das forças que, em nosso país, se batem contra a guerra e pelo entendimento entre as nações. Seus poemas, conhecidos e admirados internacionalmente, foram traduzidos em vários idiomas. Recentemente, Lila Ripoll visitou a União Soviética integrando uma delegação de intelectuais brasileiros.

Na Assembleia Estadual de Porto Alegre, Lila Ripoll será uma intransigente batalhadora pelos interesses dos intelectuais progressistas, das classes trabalhadoras e das amplas massas populares do Estado que viu nascer o Cavaleiro da Esperança.



Elizeu Alves de Oliveira, um dos mais queridos líderes dos trabalhadores da Light, terá sua candidatura à reeleição para a Câmara do Distrito de apoio não apenas por seus companheiros de empresa, mas por trabalhadores de todos os setores que vêm em Elizeu um representante do povo carioca no legislativo da Capital.

O grande grupo dos trabalhadores da Light estenderá a toda a cidade a campanha pela reeleição de Elizeu e pela eleição de Geraldo Soares e Rul Macedo apresentados pelos trabalhadores da Carris, de Enoch Fonseca Dória Filho e Paulo César Henriques pelo grupo da energia elétrica e do Gás e de José Faustino de Alcântara, da Telefônica.

Na última semana foi solenemente instalado um posto eleitoral de Elizeu Alves de Oliveira, à Rua Piauí, 250, em Bonsucesso perante grande número de trabalhadores. Ao ato compareceram o sanitarista Valério Konder, candidato popular a senador pelo Distrito Federal, e o candidato a vereador dos trabalhadores da Prefeitura Geraldo Teixeira Damasceno, e o candidato da Carris, Geraldo Soares.

Brevemente, outros postos de alistamento serão instalados sob o patrocínio do vereador Elizeu Alves de Oliveira, a fim de ampliar o trabalho de ganhar para as fileiras democráticas centenas e milhares de novos e antigos eleitores e de referenciar a luta das forças progressistas e patrióticas contra os entreguistas e inimigos do povo que disputam os postos eletivos.



PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MOZART LAGO

As forças da reação submissas as do imperialismo norte-americano não descansam no afã de transformar o pleito eleitoral de outubro numa farsa no estilo fascista. Unas das tentativas de golpear a democracia aparecem nitidamente no projeto de Código Eleitoral apresentado no Senado pelo sr. Dario Cardoso, pelo qual a reação tenta cassar os direitos políticos dos cidadãos que pertencem ou tenham pertencido a partido político cujo registro haja sido cassado.

O senador Mozart Lago, entretanto, apresentou emenda substituindo a redação daquele dispositivo, o art. 32 do projeto de Código Eleitoral, objetivando evitar o rude golpe das forças reacionárias contra a democracia em nosso país. Na justificativa de sua emenda democrática, o senador Mozart Lago declara: «O artigo 32 do projeto cria um novo caso de inelegibilidade não previsto nem autorizado pela Constituição Federal, com a qual se chocaria frontalmente. Porque o cancelamento de partido político não implica na cassação dos direitos políticos dos membros ou adeptos do mesmo. E da tradição de nosso direito constitucional, é letra expressa de nossa Carta Política que os casos de inelegibilidade são taxativamente nela previstos. Fora esses casos não podem existir outros como o que pretende o projeto».

A luta entre as forças democráticas e as forças reacionárias aparece, no caso, claramente, em torno do projeto de Código Eleitoral, no Senado. O povo fará sentir aos senadores a sua exigência de que seja aprovada a emenda Mozart Lago. É a mesma luta que trava em todo o país entre as forças progressistas e a camarilha de entreguistas e agentes do imperialismo americano que priva o proletariado e o povo brasileiro do mais legítimo de seus representantes, o Partido Comunista do Brasil. Por isso, a luta pela democracia em nossa pátria está intimamente ligada à luta pela legalidade do Partido Comunista do Brasil, cuja força e prestígio aumentam dia a dia. A luta pelo direito do PCB à legalidade e pela anulação do processo fascista contra Prestes e demais dirigentes comunistas, que vem obtendo o apoio de personalidades das mais diversas correntes políticas, interessa vivamente ao proletariado e a todas as camadas progressistas de nosso povo.

O Direito Dos Imigrantes Educarem Os Seus Filhos na Língua Materna

O PROJETO de Programa do Partido Comunista do Brasil incluiu, no item 11 das transformações democráticas que serão exigidas pelo P.C.B. do governo democrático de libertação nacional, surgido da luta libertadora de nosso povo, a seguinte reivindicação: «**livre a instrução em língua materna aos filhos dos imigrantes estrangeiros.**»

Seria natural que surgissem incompreensões de fundo nacionalista-burguês nas fileiras dos aliados do proletariado na frente democrática de libertação nacional, que abrange desde o proletariado e o camponês até a pequena-burguesia e a burguesia nacional, quanto a essa reivindicação. A política das classes dominantes tem sido incentivar as discriminações raciais e de nacionalidade como forma de impedir a unidade das classes e camadas sociais revolucionárias. A odiosa política de discriminação e perseguição posta em prática pelo governo de Vargas durante o Estado Novo, particularmente durante o período da guerra contra o nazi-fascismo, deixou reminiscências sérias entre as populações por elas atingidas especialmente na parte sul do país, onde as colônias alemã, italiana e japonesa são numerosas.

As restrições à justa reivindicação dos imigrantes educarem seus filhos na língua materna, oriundas da ideologia das classes dominantes, isto é, do nacionalismo burguês, têm se refletido na discussão dentro do nosso Partido, o Partido da clas-

se operária. Torna-se, por isso, necessário travar a luta ideológica contra essas tendências. Só os inimigos da revolução têm interesses em que os operários que possuem as mesmas reivindicações se dividam segundo sua nacionalidade. No Brasil, todos os trabalhadores sofrem da dominação imperialista e da existência do latifúndio, independentemente da sua nacionalidade. A fome, a miséria, a exploração, a falta de escolas atingem indistintamente as grandes massas operárias e camponesas, independentemente de nacionalidade, de raça ou da língua que usam.

Os trabalhadores do mundo capitalista são vítimas da exploração capitalista e na sua solidariedade internacional reside a principal premissa de libertação, através da liquidação da exploração do homem pelo homem, isto é, da vitória do socialismo.

Lênin em sua obra «Notas Críticas sobre a Questão Nacional» diz:

«As querelas nacionais dos diferentes partidos burgueses em torno da questão de idioma, etc., a democracia operária opõe a reivindicação da unidade incondicional e a fusão completa dos operários de todas as nacionalidades em todas as organizações operárias: sindicatos, cooperativas de produção e consumo, centros culturais e outras, como contra-medida a todo nacionalismo burguês. Só essa unidade e es-

r. LEIVAS OTERO

sa fusão podem salvar a democracia e salvaguardar os interesses dos operários diante do capital — que já tem caráter internacional e cada dia o adquire mais — e os interesses do desenvolvimento da humanidade para um novo regime de vida, livre de todo privilégio e de toda exploração».

Os alemães e seus descendentes, no Vale do Itajaí e no Rio Grande do Sul, os japoneses em São Paulo e os italianos viram-se privados das escolas que mantinham e colocados na mesma situação de todo o povo brasileiro que não dispõe de instrução primária para mais de metade das crianças em idade escolar. Por usarem a língua materna, muitos imigrantes e seus descendentes foram presos, tiveram seus bens confiscados e saqueados pela polícia. Por outro lado, a influência do trabalho de massas feito pelo fascismo e pelo nazismo deixou as suas marcas que até hoje perduram entre as colônias alemã, italiana e japonesa. Os reacionários nacionalistas burgueses varridos da Polónia, Rumânia, Hungria, etc., financiados pelo imperialismo norte-americano levam a cabo uma tenaz campanha nacionalista burguesa anti-soviética que precisa ser combatida firmemente em nosso país, para onde tem confluído todo o rebanho fascista da Europa. Só adotando uma justa política de abolição de todas as discriminações de

raça, nacionalidade, idioma, etc., como está traçada no projeto de Programa do PCB poderemos ganhar para a causa da libertação nacional as centenas de milhares de operários e camponeses de origem estrangeira.

A realidade é que até mesmo entre os operários brasileiros do Vale do Itajaí, de São Paulo e do Rio ainda existem sérias influências da ideologia nacionalista burguesa que se refletem, como não podia deixar de ser, dentro das nossas fileiras, das fileiras do Partido do internacionalismo proletário. Nas discussões das organizações de base do Partido têm surgido restrições quanto à justiça do item 11 do Programa. Da mesma forma, os elementos de origem pequeno-burguesa influenciados pelo pseudo-patriotismo burguês refletem também essas tendências.

O Programa do P. C. B. nos seus itens 8, 10 e 11 se baseia na aplicação dos ensinamentos magistrais de Lênin quando diz na obra citada acima:

«O Programa nacional da democracia operária exige: abolição incondicional de todos os privilégios para todas as nações e para todos os idiomas, solução absolutamente livre e democrática do problema referente à auto-determinação política das nações, isto é, sua separação como Estado; promulgação de uma lei geral para todo o país, segundo a qual toda a medida que estabeleça algum

(Conclui na 3ª Pag.)

O CAMARADA Amazonas, fundamentando o projeto de Estatutos do P.C.B. em nome da Comissão responsável pela sua elaboração, diz: «O projeto prevê também a substituição da denominação de célula por organização de base. Célula comporta uma definição geral pouco clara enquanto que a denominação organização de base define-se por si mesma como os alicerces sobre os quais se constrói o Partido. Corresponde também melhor ao próprio caráter da organização e de suas funções».

Assim é que os novos Estatutos do Partido dizem em seu artigo 39: «Os fundamentos do Partido são constituídos por suas organizações de base.»

Muitos camaradas ainda não compreenderam toda a importância e a justiça dessa modificação. Alguns a acham desnecessária, entendendo ser a mesma uma simples mudança de nome que em nada afeta ou que nada tem a ver com as funções e as finalidades das organizações de base do Partido outros pensam que é uma inovação caprichosa, produto de desejos de novidades ou de um espírito de originalidade que vem suprimir uma tradição do Partido outros ainda consideram que a denominação de célula corresponde mais exatamente ao conteúdo e aos objetivos das organizações de base e não se conformam com a modificação havida. Grande é, sem dúvida, o número de militantes do Partido que têm um ponto-de-vista falso sobre essa questão, ou, pelo menos, não tem clareza sobre ela.

A verdade é que esta é uma questão muito mais séria do que a alguns parece. A modificação não foi, em absoluto, e nem podia ser, produto de um capricho ou de um simples desejo de inovação. Ela surgiu em virtude da análise marxista-leninista que orientou todo o trabalho de elaboração dos novos Estatutos de nosso Partido e constitui uma entre as diversas contribuições que vieram corrigir falhas e imprecisões existentes na lei interna de nosso Partido.

A denominação de célula tem realmente um significado impreciso que conduz a dificultar a compreensão de sua função e de seus objetivos como também pode levar a posições falsas e estreitas no trabalho de organização.

Os defensores da denominação de célula costumam fazer um paralelismo mecânico das células do Partido com as células dos organismos vivos de que tratam as ciências naturais. Alegam que a denominação de célula é justa porque corresponde à necessidade destas poderem sobreviver mesmo quando se encontrem isoladas do resto do Partido por um longo período, pois que cada célula encerra em si a expressão de todo o Partido. Outros consideram que a organização do Partido, por motivo de segurança, deve funcionar apenas verticalmente, isto é, a célula só deve se ligar com o setor da massa onde ela atua e com os organismos do Partido que ela se encontra diretamente subordinada, e que os demais setores da massa e os demais organismos do Partido não lhe dizem respeito. Por isto as células têm que constituir um organismo bem definido, como são as células dos corpos organizados. Estas posições e interpretações do papel das organizações de base do Partido são, sem dúvida alguma, produto do esquematismo e do sectarismo em matéria de organização. Tais posições se manifestam naqueles que ainda não compreenderam que a segurança do Partido reside acima de tudo numa ampla e profunda ligação com as massas e no funcionamento do Partido como um todo único e harmonioso.

Ao passo que a denominação de célula exigia uma explicação para que fosse possível compreender que essas organizações desempenharam antes de tudo o papel de fundamento do Partido, com a denominação de organização de

(Conclui na 4ª Pag.)

A REALIZAÇÃO do IV Congresso do P. C. B. constituirá um fator de inesimável importância para o fortalecimento, sob todos os aspectos, do Partido Comunista do Brasil. Com a realização do Congresso e a aprovação do Programa e dos Estatutos do P. C. B., serão enormemente reforçadas a coesão e a unidade do Partido, será estimulada extraordinariamente a combatividade dos militantes e organismos partidários, será impulsionada a democracia interna no Partido, e se desenvolverá, particularmente, o exercício da crítica e da auto-crítica. O IV Congresso provocará, enfim, um novo e impetuoso florescimento em todos os setores de atividade do Partido.

Um aspecto de especial significação deve ser, entretanto, ressaltado: o IV Congresso do P. C. B. terá um papel de decisiva importância para levar o Partido a uma ligação maior e mais estreita com as grandes massas do povo brasileiro, em primeiro lugar com a classe operária.

Esta é uma questão de importância vital para o Partido. A vitória da causa de nosso povo, a libertação do Brasil do jugo do imperialismo norte-americano, a conquista da paz, das liberdades e do progresso nacional, o triunfo do Programa do P. C. B., enfim — tudo isso, em última análise, depende da capacidade que tenha o Partido de mobilizar, organizar e conduzir à luta as grandes massas de nosso povo. Não se deve esquecer jamais que só com a vanguarda não será possível conquistarmos a vitória. A vanguarda é a força dirigente, cuja missão só será cumprida com êxito se ela estiver estreitamente ligada às massas, se for capaz de trazer consigo para a luta os milhões de homens e mulheres das massas trabalhadoras e populares que desejam uma pátria próspera e independente, um povo livre e feliz. A fonte da força e da invencibilidade do Partido está, por isso mesmo, em sua íntima ligação com as grandes massas. O Partido é invencível — ensina o grande Lênin — se ele sabe «ligar-se, aproximar-se, por assim dizer fundir-se, até certo ponto, com as mais vastas

Estreitar, Mais e Mais, a Ligação do Partido Com as Massas

massas trabalhadoras, em primeiro lugar proletárias, mas também com a massa trabalhadora não-proletária» O Partido fracassaria em seus objetivos caso se isolasse em círculos estreitos, se se limitasse às suas próprias fileiras, se deixasse por um instante sequer de manter e estreitar os múltiplos laços de aproximação com a classe operária e o povo.

Como esclarece o Programa do P. C. B., a emancipação do Brasil e a salvação de nosso povo dependem, antes de mais nada, de que se forje na ação diária das massas a frente democrática de libertação nacional. Esta é uma ampla frente única reunindo a todos os patriotas e democratas, independentemente de sua condição social ou de diferenças políticas e religiosas, para o combate comum contra o imperialismo norte-americano e o governo de Vargas. É uma frente única que deve, portanto, abarcar a milhões de brasileiros, todos os homens e mulheres dispostos ao bom combate pela redenção da pátria e pela felicidade de nosso povo.

O IV Congresso do P. C. B., trazendo à discussão o Programa e a atividade política do Partido, deixará claro para todos que a frente democrática de libertação nacional só poderá realmente ser forjada e só se tornará vitoriosa se os comunistas revelarem uma clara compreensão da necessidade de se manterem, sem cessar, inseparavelmente ligados às massas e, nesse sentido, desenvolverem uma atividade concreta e ininterrupta.

Isso significa que, mais do que em qualquer outro momento, devemos agora tornar mais e mais estreitos os laços de nossa ligação com as vastas massas. Para isso é necessário que os militantes e organismos do Partido dediquem especial atenção

às reivindicações operárias e populares, estudem seriamente e em cada local os problemas de todos os setores da população e saibam formular com justiça as suas exigências. Mas não basta isso. É necessário que, além de estudar e formular as reivindicações, os comunistas organizem pacientemente, mas com todo ardor e energia, a luta pela conquista dessas reivindicações. É mais: que não vacilem em se colocar à frente dos trabalhadores e do povo, conduzindo-os audazmente em todo o curso das ações de massas, tendo em vista assegurar a vitória do P. C. B., libertar o Brasil da dominação norte-americana e derrotar o governo de Vargas.

A maior aproximação do Partido com as massas exige também que os comunistas saibam desenvolver, com persistência e entusiasmo, uma ampla atividade junto às organizações de massa de todos os tipos. Como é natural, trata-se aqui, antes de tudo, dos sindicatos operários, grandes ou pequenos que eles sejam. Trata-se, do mesmo modo, das organizações das massas camponesas, como ainda das organizações femininas e juvenis, patrióticas, culturais ou recreativas, dos artesãos, dos comerciantes e industriais não comprometidos com os imperialistas ianques. Atuando dentro das organizações, de massa mesmo quando eventualmente elas se acham em mãos de dirigentes reacionários, os comunistas, poderão mais facilmente esclarecer os trabalhadores e vastos setores populares, conduzindo-os à luta pelos seus objetivos e contra a política de Vargas. A frente única é, sobretudo, a ação organizada das massas, tendo como base a ação da classe operária e dos trabalhadores do campo.

Voltar-se para as massas, estreitar cada vez mais a ligação do Partido com a classe operária, os camponeses e todo o povo, levando-os à ação e forjando nesse processo a frente democrática de libertação nacional — nisto consiste uma das exigências fundamentais para a vitória do Programa do Partido, ao ensejo do IV Congresso do P. C. B.

Sobre a UJC e as Conferências Nacionais do Partido

A elaboração de novos Estatutos que viessem ao encontro das exigências de nosso Partido e do momento histórico que atravessamos constituía uma necessidade inadiável.

Visando sanar esta lacuna, o nosso Comitê Central propôs um projeto de Estatutos que será debatido e aprovado no IV Congresso do P.C.B.

Os Estatutos apresentados traduzem uma realidade viva e estão alicerçados na rica experiência do glorioso e invencível P.C.U.S.

Entretanto, permito-me levantar dois problemas que, a meu ver, não estão suficientemente claros no texto do documento que o Comitê Central entregou à discussão de todo o Partido.

A primeira questão se re-

ferre ao artigo 5 do projeto que diz: «A admissão ao Partido é realizada em caráter individual. Podem ingressar no Partido pessoas maiores de 18 anos de idade».

Sendo os Estatutos lei básica e inviolável, não pode e não deve haver em seu texto qualquer palavra que possa suscitar tergiversações ou interpretações falsas. O item acima referido impede o ingresso no Partido de Pessoas com idade inferior a 18 anos. Será justo manter esta disposição estatutária? A meu ver, não. E isto porque nas fileiras de nosso Partido, já militam inúmeros jovens, o que contraria o respectivo item. E, mesmo que assim não fosse, não seria justo manter semelhante dispositivo, levando-se

em conta a grande massa

de trabalhadores e de estudantes com 14 a 18 anos de idade. Não consegui compreender quais ou qual o motivo que levou a Comissão de Elaboração dos Estatutos e posteriormente o Comitê Central a impedir o ingresso da Juventude nas fileiras de nosso Partido, quando ela tem dado sobejas provas de dedicação e fidelidade ao Partido e às lutas do proletariado. Não é verdade que boa parte dos camaradas do Comitê Central veio do seio da Juven-

tude Comunista? Não é verdade também que cumpre ao Partido a tarefa de educar a Juventude nos princípios do marxismo-leninismo-stalinismo? Claro que é verdade. Mas isto só será possível com a juventude dentro do Partido e não fora dele.

Portanto, acho que o artigo 5.º do projeto de Estatutos deve ser completado com o parágrafo único do Artigo 7.º dos antigos Estatutos, com a redação que o Comitê Central julgou mais con-

veniente. Desta forma, creio, estaremos mais de acordo com a realidade.

Ainda com relação à Juventude desejaria o seguinte esclarecimento: por que não se refere o texto do projeto de Estatutos à Juventude Comunista como uma organização do Partido? Entendo que a Juventude Comunista é a organização que congrega, ou deve congrega, todos os jovens do Partido com idade inferior a 18 anos, desde que não ocupem cargos de direção em outros organismos partidários, e não uma organização da massa juvenil em geral. Portanto, como devemos encarar a Juventude Comunista? É uma organização da massa juvenil do Partido ou

de toda a massa juvenil de um modo geral?

A segunda questão se relaciona ao item 22 do projeto de Estatutos que não me parece se condizer com as funções da Conferência Nacional. Entendo que a Conferência Nacional é um dos organismos superiores do Partido, isto é, o segundo em autoridade depois do Congresso. Portanto, não me parece justo que suas resoluções (para que sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido) tenham que ser ratificadas pelo Comitê Central organismo inferior em relação à Conferência.

Estas são considerações que, de há muito, desejava fazer ao Comitê Central.

a) João Alves Sobrinho.

POR QUE ORGANIZAÇÃO DE BASE E NÃO DE CÉLULA?

(Conclusão da 1ª. página)

base, tal explicação é desnecessária porque ela é por si mesma clara e precisa.

A denominação de organização de base conduz à imediata compreensão de que as bases do Partido constituem não simples organizações isoladas ou estanques. Com esta designação fica claro que as organizações de base são parte integrante e fundamental da organização do Partido destinadas a funcionar não isoladas ou independentemente das massas e das demais organizações do Partido, mas sim estreitamente vinculadas à ampla massa e a todo o Partido.

A denominação de organização de base está indissoluvelmente ligada à compreensão de que para desempenhar cada vez melhor o seu papel, estas organizações devem sem cessar estreitar o seu contato com as massas e consolidar ininterruptamente a posição do Partido. Para isto elas necessitam lutar sem desfalecimentos pelas reivindicações das massas e e para que estas apliquem o Programa do Partido a fim de que este se transforme no Programa de toda a massa.

A denominação de organização de base também determina a imediata compreensão do papel que estas organizações têm a desempenhar. Elas têm que lutar incessantemente para conduzir as massas às ações que lhes permitam atingir os objetivos traçados pelo Programa do Partido. Só assim elas poderão ampliar e consolidar cada vez mais suas ligações com as massas tornando-se, portanto, fundamentos cada vez mais sólidos e mais amplos do Partido. Para isto é necessário que as organizações de base recrutem e trabalhem ininterruptamente e elevem o nível político e ideológico de seus membros.

Decorre da própria denominação das organizações de base, a compreensão de que elas, para desempenharem cabalmente seu papel têm que travar uma luta incessante a fim de ganhar as massas para as posições do Programa do Partido e ao mesmo tempo trazer para o Partido as experiências e as opiniões das massas, o que permitirá ao Partido aplicar a sua linha política não de uma forma idealista, mas sim profundamente ligada à própria realidade, ou seja, como recomenda o camarada Diógenes Arruda: «explicar o Programa uma e mil vezes a todos, sem desfalecimentos; demonstrar concretamente a todos a justiça e a viabilidade do Programa; esclarecer, convencer, ganhar e unir milhões para os grandes objetivos do Programa.» Esta é uma condição para que as bases possam vincular-se estreitamente às massas, sentindo seus desejos e necessidades.

A denominação de organização de base, encerra, portanto, um significado preciso em sua forma e em seu conteúdo exprime, objetivamente, a essência do papel e das finalidades das organizações do Partido que constituem os seus fundamentos.

Enfim, a modificação da denominação de célula para organização de base, além de ser uma imperiosa exigência da organização partidária, é um fator de suma importância para que as bases do Partido possam cumprir com êxito as grandes tarefas do Programa, trabalhando de forma nova e dirigindo de forma nova.

SOBRE OS ARTIGOS PUBLICADOS NA "TRIBUNA DO IV CONGRESSO"

Os artigos assinados que saem na «Tribuna do IV Congresso» representam a opinião dos seus autores que, livremente, defendem seus pontos de vista.

Todo membro do Partido tem o direito de colaborar na «Tribuna do IV Congresso» e pode criticar os artigos publicados neste suplemento.

SUPLEMENTO — PAG. 2

Nosso Programa é uma Obra do Marxismo Criador?

FERNANDO LACERDA

Alguns camaradas, justamente entusiasmados com os grandes passos políticos (programa) e orgânicos (novos Estatutos e IV Congresso Nacional), que nosso Partido está dando para a vitória do povo brasileiro, consideram tudo isso como obra de MARXISMO CRIADOR.

Parece-me que há nessa classificação um exagero teórico.

Posso falar com experiência própria no assunto. Em 1942-1944, eu «pequeno grão areia» do marxismo, «vendo no céu uma estrela... dei em imaginar coisas alucinadas. E me julguei capaz de fazer... marxismo criador! Acreditava que marxismo criador fosse, assim, uma coisa à-toa!... E, é claro, me esborachei todo, na teoria e na prática!

MARXISMO CRIADOR — aquele a que Stálin se referiu, em um Congresso do PC da URSS, em 1917, combatendo o «marxismo dogmático» dos trotskistas (quando estes sujeitos espíes do imperialismo, é claro, ainda eram um desvio ideológico no meio operário) —; e marxismo criador é uma coisa BEM MAIS SÉRIA!

MARXISMO CRIADOR é uma continuação, uma CRIAÇÃO NOVA do marxismo, baseado na tese central de Marx, a de que «o marxismo não é um dogma e, sim, um guia para ação». Marxismo criador é uma CRIAÇÃO NOVA do marxismo, em relação com UMA NOVA ÉPOCA MUNDIAL DA HUMANIDADE.

Por isso mesmo, é uma CRIAÇÃO NOVA que só podem fazer gênios privilegiados, formados pelas próprias forças vivas do proletariado internacional PARA CADA ÉPOCA NOVA DECISIVA DA HUMANIDADE. Ora, até que a Humanidade passe a época atual mundial — época da construção do socialismo e do comunismo —, já tivemos esses gênios CRIADORES formados pelo proletariado internacional: foram e são LENIN E STÁLIN!

Só esses dois gigantes do marxismo tiveram a missão de fazer, NA ÉPOCA MUNDIAL ATUAL DA HUMANIDADE, obras de Marxismo Criador.

Essas obras geniais foram: — a) — O NOVO, que introduziu LENIN ao marxismo, com suas concepções sobre o Imperialismo e a construção do socialismo em um

só país; — b) — O NOVO, que introduziu STÁLIN ao marxismo-leninismo, com suas concepções sobre a Construção do Comunismo em um só país, cercado de países capitalistas; — c) O NOVO que LENIN e STÁLIN introduziram ao marxismo, sobre o problema nacional-colonial.

SOMENTE TAIS OBRAS MERECEM O NOME DE MARXISMO CRIADOR!

O mais será, tanto na URSS mesmo, como em outros países, inclusive a China de Mao Tse Tung, e com mais razão ainda no Brasil, UMA APLICAÇÃO das teses geniais já formuladas, PARA TODA ÉPOCA ATUAL DA HUMANIDADE, por Lenín e Stálin; uma aplicação dessas teses às condições e situações específicas, nacionais, de cada país, de cada movimento revolucionário.

É evidente que, PARA UMA APLICAÇÃO CORRETA E UTIL DAQUELAS TESES já se exigem estudos profundos e TALENTOS privilegiados, RAROS, como os de MALENKOV e seus companheiros do C.C. do glorioso Partido de Lenín e Stálin, ou os de Mao-Tse-Tung, de Thorez e Duclos, de Togliatti, ou os de nosso Prestes.

Nosso Programa de 1954 é, portanto, a meu ver, uma dessas aplicações talentosas e corretas. É, concretamente, a aplicação às condições e situação atual do Brasil de TRÊS TESES FUNDAMENTAIS DE LENIN E STÁLIN PARA OS PAÍSES COLONIAIS E DEPENDENTES:

— a) — A tese de que é preciso estabelecer-se:

«... uma rigorosa diferença entre a revolução nos países imperialistas, nos países que oprimem outros povos, e a revolução nos países coloniais e dependentes, nos países que suportam a opressão imperialista de outros Estados. A revolução nos países imperialistas é uma coisa...», etc. (veja-se a citação de Stálin que o Programa traz);

— b) — A tese de que toda Revolução Colonial em países dependentes tem uma primeira etapa OBRIGATORIA, a de luta contra a opressão estrangeira, imperialista, tese que o próprio Stálin modifica ligeiramente, nos países dependentes da categoria do Brasil, isto é, a

de um país dependente em que o capitalismo nacional já adquiriu um certo desenvolvimento e onde o proletariado, em relação com a população, já é regularmente numeroso. Em tais países, a frente nacional na primeira etapa, para Stálin, se caracteriza como a de:

«... um bloco nacional-revolucionário de operários, camponeses e da intelectualidade revolucionária, contra o bloco da burguesia nacional conciliadora com o imperialismo...» (STÁLIN— «O Marxismo e o Problema Nacional-Colonial Edít. Vitória Limitada, 1946, pgs. 279 a 282).

— c) — A tese de que «As diversas reivindicações da democracia, inclusive a da autodeterminação nacional, não são coisas absolutas, mas partículas de todo o movimento democrático (hoje socialista) mundial. Pode acontecer que, em determinado caso, o parcial se encontre em contradição com o geral; nesse caso, cumpre reprová-lo» (LENIN, citado por Stálin, obra a edit. referidas, pgs. 251).

Isto é: qualquer revolução colonial deve submeter-se, como parte de um todo, à Revolução Socialista Mundial, aos interesses do proletariado revolucionário internacional, do Socialismo mundial e de sua Pátria, a União Soviética.

A essas três teses essenciais de Lenín e Stálin para os países dependentes, à sua aplicação no Brasil de

1953-1954, se refere o nosso Programa.

Aplica a PRIMEIRA TESE LENINISTA-STALINISTA, quando estabelece a diferença especial de nossa Revolução Colonial.

Aplica a SEGUNDA TESE, quando define a PRIMEIRA ETAPA dessa revolução colonial brasileira como a de FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, cuja base é o bloco de operários, camponeses e intelectualidade revolucionária.

Aplica, finalmente, a TERCEIRA TESE, quando concentra o fogo de nossos ataques contra o imperialismo norte-americano, o PRINCIPAL INIMIGO DOS POVOS FRACOS, DO PROLETARIADO INTERNACIONAL, DO SOCIALISMO E DA UNIÃO SOVIÉTICA, no momento presente.

E, repito, graças ao TALENTO E DEDICAÇÃO de nosso querido Secretário Geral, graças à ajuda de seus camaradas da Direção Nacional de nosso Partido, tal aplicação é, hoje, correta e justa.

Não precisamos, porém, exagerar as cousas e chamar esse trabalho, útil, inteligente e de grande proveito para nosso Partido e nosso povo, de marxismo criador.

Comunistas devem sempre dizer a verdade, formular bem, caracterizar com precisão e justiça, sem rebalçamentos nem exageros, tudo o que fazem.

OUÇA A

Rádio de Moscou

Agora

Em Transmissões Diárias de

1 HORA PARA O BRASIL

Das 20 às 21 horas

EM CASTELHANO: das 21 às 23 horas

AS TRANSMISSÕES DA EMISSORA CENTRAL DE MOSCOU PARA A AMÉRICA LATINA SÃO FEITAS PELAS ONDAS DE 30, 79, 31, 75, 40, 87, 41, 21, 41, E 32 METROS.

Sobre a Questão Dos Aliados Da Classe Operária

— Grandes capitalistas e latifundiários ligados ao imperialismo podem ser aliados da revolução?

Esta pergunta, que apresentarei adiante desdobrada em três, desejo fazer ao camarada Mário Alves. É pergunta que se refere à interpretação do projeto de Programa do Partido. Foi ela suscitada pelo artigo "Por que concentrar o fogo sobre o imperialismo americano" (VOZ OPERÁRIA n. 256, de 30-4-54, pag. 3).

Este artigo, que defende tão justa tese, demonstra que seu autor — o companheiro Mário Alves — tem estudado profundamente, não só o Programa, como a realidade na qual se baseou este importante documento, isto é, as condições objetivas do país. Porém, contém ele afirmações das quais discordo e que, por isto mesmo, desejo discutir para que fiquem suficientemente claras. Trata-se de problemas fundamentais do nosso Programa como é o da composição social da frente democrática de libertação nacional.

Para maior facilidade, transcrevo a seguir o trecho do artigo referido, onde estão contidas as afirmações em causa:

"Daí a tese do camarada Prestes, que o Programa expressa, de que é possível ter como aliados, embora temporários e instáveis, ou de que é possível neutralizar, mesmo a certos setores das classes dominantes ligados a grupos imperialistas rivais do imperialismo norte-americano."

Desejo discordar do companheiro Mário Alves, quando coloca estas afirmações como sendo do camarada Prestes e como estando expressas no Programa. Quando este documento fala que "unir-se-ão ainda parte dos grandes industriais e comerciantes que também sentem a concorrência dos imperialistas americanos e sofrem os efeitos da política econômica e financeira de Vargas." ("Problemas" 54, pag. 26), refere-se evidentemente, a setores da burguesia nacional que integrarão também a frente democrática de libertação nacional, logo depois dos pequenos e médios industriais e comerciantes. É também a estes setores que se refere o Informe de Prestes quando diz que "uma grande parte dos capitalistas do país possa manifestar seu apoio ao povo, ou pelo menos colocar-se em posição de neutralidade favorável ao povo", ("Problemas", 54, pag. 31). É literal a referência à burguesia nacional, quando diz no mesmo Informe: "em agosto de 1950 cometemos o erro de não supor possível que uma parte considerável da burguesia nacional pudesse, nas condições de luta do povo pela libertação do jugo imperialista, tomar posição de apoio ao povo, ou, pelo menos, de neutralidade favorável ao povo". ("Problemas", 54, pag. 33).

O camarada Mário Alves, por conta própria e através de referências inadequadas aos dois importantes documentos colocou como aliados parte dos inimigos da revolução, como ele próprio reconhece em seu artigo, logo a seguir:

"O Projeto de Programa fala em "parte considerável dos grandes industriais e comerciantes" cujos interesses estão afetados pela opressão do imperialismo norte-americano. Podemos ter esses grandes industriais e comerciantes como aliados, neste ou naquele momento, podemos ao menos levá-los a vacilar. Isto, porém, absolutamente não significa que perdemos de vista os nossos inimigos. As classes reacionárias, como classes, os latifundiários e os grandes capitalistas são inimigos da revolução... seus interesses fundamentais, de classe, os impelem

a submeter-se ao imperialismo norte-americano, porque é de seu interesse ganhar lucros fabulosos numa terceira guerra mundial e manter o atual regime de exploração e opressão".

Destas afirmações e confusões sobre o Programa e o Informe, poderão surgir as dúvidas que, em forma de perguntas, expresse ao camarada Mário Alves e à redação da VOZ OPERÁRIA:

PRIMEIRA PERGUNTA — Pode-se considerar que a expressão burguesia nacional inclui os grandes capitalistas e latifundiários (cafeicultores, etc.), ligados a grupos imperialistas rivais do imperialismo norte-americano?

SEGUNDA PERGUNTA — Pode-se considerar que a frente democrática de libertação nacional, além da classe operária, dos camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia e da burguesia nacional, comporta também os grandes capitalistas e latifundiários ligados a grupos imperialistas rivais do imperialismo norte-americano?

TERCEIRA PERGUNTA — O termo aliado deve ou não ser aplicado tão somente às classes e camadas sociais aliadas da classe operária que a ela e aos camponeses vêm se juntar, para comporem a frente democrática de libertação nacional?

Antantarei aos companheiros minha opinião a respeito, porém sem grandes fundamentações, pois já seria abusar do espaço, tão precioso, deste jornal. Mesmo porque as razões que pudessem ser apresentadas, já estão explícitas na própria maneira de colocação do problema, no modo de formular as perguntas e nas suas respostas, que são:

Quanto à primeira e segunda perguntas, julgo que NAO. Quanto à terceira, julgo que SIM.

Apenas desejo esclarecer que, embora não considerando como componentes da frente democrática de libertação nacional, nem como aliados os grandes capitalistas e latifundiários ligados a grupos imperialistas rivais do imperialismo norte-americano, estas não devem receber o mesmo tratamento dispensado pela frente democrática de libertação nacional aos grandes capitalistas e latifundiários que são o sustentáculo do imperialismo americano. Eles poderão, certamente, ser neutralizados por uma política hábil, flexível e acertada, como a preconizada pelo Programa. Assim, os próprios grupos imperialistas rivais do norte-americano deverão ter outro tratamento que não o dispensado a este último, sobre o qual devemos "concentrar o fogo" de nossas baterias.

Estas reservas indiretas ajudarão a frente única e, temporariamente, auxiliarão a revolução democrática, agrária e antiimperialista. Mas daí a ser aliada vai uma grande distância. É necessário que se precise, de uma vez por todas o termo aliado, dedicando-o exclusivamente às classes e camadas sociais aliadas da classe operária na revolução e que com esta poderão compor a frente democrática de libertação nacional.

O alto nível político do companheiro Mário Alves e o elevado conceito em que o tenho tornaram para mim o prazer de com ele discutir, num dever, pois que seus conceitos e opiniões são sempre amplamente acatados, e mui justamente.

A VOZ OPERÁRIA, antecipadamente, agradeço a atenção dispensada com a publicação desta carta.
Rio, abril de 1954.

EROS S. MARTINS TEIXEIRA

FORJAR NA LUTA A MAIS AMPLA FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA E ANTIFEUDAL

«Em torno da grande aliança de operários e camponeses cerrarão fileiras, portanto, todas as forças progressistas do Brasil, sem quaisquer diferenças de situação social, de filiação partidária, de crenças religiosas ou tendências filosóficas, todos os democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa».

Esta frente democrática de libertação nacional, ampla e poderosa frente única de todas as forças antiimperialistas e antif feudais, será a garantia da salvação do Brasil, a única força capaz de implantar no país o regime democrático-popular, de arrancar do Brasil da dominação americana e da situação humilhante em que se encontra, a única força capaz de conduzir nossa pátria a um futuro feliz e radioso.

O Partido Comunista do Brasil considera que lutar pela criação, ampliação e fortalecimento da frente democrática de libertação nacional é tarefa urgente e inadiável, dever de honra de todos os patriotas brasileiros.

O Partido Comunista considera indispensável unir desde já em todo o país as mais amplas massas populares, pessoas de todas as classes e camadas sociais que desejam lutar pela democracia e pela paz, contra a política de guerra, de fome e reação do governo de Vargas, pela derrubada do atual governo e sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional» (Do Projeto do Programa do Partido Comunista do Brasil).

O Direito dos Imigrantes...

(Conclusão da 1ª página)

privilegio para uma das nações, menoscabando a igualdade de direitos das nações ou os direitos de uma minoria nacional, é declarada ilegal e fica derogada; qualquer cidadão do Estado tem direito a exigir a revogação de tal medida como anticonstitucional e que se persiga como delinquente a todo o que a ponha em prática».

Alguns companheiros levantam o temor de que o uso das linguas estrangeiras pelas diversas colônias conduzirá a uma «desagregação nacional», a uma segregação e formação de «quistos nacionais», usando na íntegra essas formulações de conteúdo nacionalista-burguês. A verdade é que se realizarmos o nosso Programa, liquidando qualquer privilegio de idioma ou discriminação de nacionalidade, integraremos rapidamente na imensa torrente revolucionária considerá-

veis massas de operários, camponeses, intelectuais, pequeno burgueses de origem estrangeira e, no processo da luta revolucionária, liquidaremos definitivamente as odiosas discriminações que ainda hoje servem para dividir os operários e camponeses em benefício da continuação do regime semifeudal e semicolonial que oprime e escraviza a todos dentro do Brasil: brasileiros e estrangeiros e seus descendentes que aqui trabalham e sofrem vendo todo o valor criado ser sugado pelo imperialismo americano.

Como documento baseado na ciência social mais avançada da humanidade, na única ciência social verdadeira, provada pelos acontecimentos dos últimos cem anos — o marxismo-leninismo — o projeto de Programa do P. C. B. consubstancia as mais justas reivindicações das colônias existentes no país e as soluciona de forma justa.

HERÓIS E MÁRTIRES DO Partido Comunista do Brasil SANTOS SOARES

SANTOS SOARES, era um homem simples. Sua profissão era a de pedreiro. Durante 32 anos, entregou-se com ardor à causa dos trabalhadores como dirigente sindical, como construtor e militante do Partido Comunista, convertendo-se no líder do proletariado de toda a região fronteiriça do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

Combatente operário, sempre à frente das lutas operárias desde as memoráveis greves que sacudiram o país em 1914-1918, revelara-se, ainda bem jovem um dirigente revolucionário. Santos Soares rememorava os primórdios da luta revolucionária da nossa classe operária, referindo-se à repercussão da Grande Revolução Socialista no Rio Grande do Sul: «O que nos faltava era uma política operária, um partido dos operários. O nome de Lênin, nas assembleias, incendiava os corações».

Reuniram-se então os mais firmes e capazes ativistas operários e Santos Soares pronunciou o primeiro informe político de sua vida, falou sobre o grandioso acontecimento, mostrando que a Revolução Proletária indicava o caminho a seguir: desmascarou as mentiras e calúnias contra o Poder Soviético. Mostrou que a luta econômica só levaria vitória completa se ela tivesse a guilhotina a luta política, a compreensão de que a exploração só acabaria quando os explorados derrubassem os exploradores no governo.

Foi assim que, em 1918, aos 23 anos de idade, Santos Soares fundou e foi colocado à frente da Liga Comunista de Livramento, a primeira organização comunista do Rio Grande do Sul. A primeira iniciativa da Liga foi fundar um jornal de que circularam vários números. Não tardou que a Liga fosse assaltada pela polícia, o que não impediu que ela existisse até 1922 data da fundação do Partido Comunista do Brasil. Este acontecimento histórico se deu como decorrência da necessidade dos trabalhadores de possuir o seu partido de classe, manifestada pela publicação do Manifesto Comunista de Marx e Engels em Porto Alegre e outros Estados, de grande número de organizações políticas inspiradas pela Revolução Socialista.

Em 1924 organizou e dirigiu a primeira greve dos trabalhadores da empresa imperialista «Armour». Em todas as lutas operárias era marcante a sua influência.

Em 1930, nas assembleias operárias e populares, explicou com habilidade a posição e o Partido e o Manifesto de Prestes em face da revolta de Vargas, mostrando que este seria um continuador da política dos latifundiários, dos capitalistas e dos imperialistas.

Fundada a Aliança Nacional Libertadora, Santos foi um de seus estelos no Diretório de Livramento, participando da organização de núcleos, principalmente entre os operários. Quando a ANL foi atirada na ilegalidade, Santos Soares e outros dirigentes operários organizaram a Liga Eleitoral Proletária, pela qual foi candidato à Câmara Municipal. Através desse organismo, sabia aproveitar todas as possibilidades legais para continuar a agitação e a propaganda entre as massas, do programa da Aliança. Foi nessa ocasião que, sob sua direção a Liga Eleitoral Proletária realizou o maior comício seguido de demonstração de massas até então levado a efeito em Livramento.

Com o mesmo impulso combativo Santos Soares participou dos comícios antifascistas, no desmascaramento da quinta-coluna integralista, na campanha pelo envio da FEB para a luta contra os agressores nazistas em apoio à gloriosa União Soviética. Participou da grande campanha pela legalidade do PCB e por uma Assembleia Constituinte.

O espírito de partido, a luta inflexível em defesa da unidade e da linha política do partido, o esforço abnegado e constante pela construção do Partido, eis a maior e mais alta lição da vida de Santos Soares.

Santos Soares já idoso agora na qualidade de membro do Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul para o qual fora eleito em 1945, permaneceu à frente do CM de Livramento. Atribuiu importância primordial à imprensa revolucionária, ajudando a difundir a «Classe Operária» e a construir a «Tribuna Gaúcha».

Santos Soares, incansável mesmo de leito de enfermo a que ficou preso longo tempo, dirigiu o Partido. Mas a 1.º de janeiro de 1951, seu velho coração deixou de pulsar. Estava em Rivera, exilado, do lado parta o entêro transpando a fronteira. Pela última vez o povo percorria as ruas com seu líder. O Partido rende a última homenagem a um de seus fundadores e mais abnegados militantes que lutou até a morte pelos ideais objetivos do comunismo.

Santos Soares, herói proletário que viveu metido dos seus 61 anos lutando a serviço do nosso povo, é um exemplo para todos os militantes do P.C.B.

O Programa do P.C.B., Programa Dos Camponeses Os Lucros Máximos e o Governo Democrático de Libertação Nacional

CRUZIS são os sofrimentos das massas camponesas em Goiás. Sobre elas pesam, impiedosamente, a exploração e a opressão dos latifundiários e do governo que os representa, o governo de Vargas e Ludovico — servilista também dos imperialistas norte-americanos.

ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA

rá de nosso Partido em Goiás saber trabalhar bem com o Programa.

Sabemos, pois, levar o Programa a todos os camponeses, mas a todos mesmo — não só aos mais próximos de nós — e organizá-los com paciência, firmeza e flexibilidade em torno da luta decidida por suas reivindicações sentidas tão bem expostas no Programa vindo sempre os interesses específicos de cada camada e os interesses comuns a todo o campesinato.

Os camponeses querem dizer basta aos sofrimentos, precisam da luz poderosa do Programa. Os camponeses de Goiás farão seu o Programa do P.C.B..

Cerca de 230 mil camponeses ativos, privados da terra, estão nas mãos de uma minoria insignificante de latifundiários (menos de 10 mil), mergulhados no analfabetismo, subalimentados, atingidos pelas piores doenças, como a malária, estão sujeitos ao infame regime da fome e da "terça", ao roubo desavergonhado nas lojas e barracões dos fazendeiros, à especulação dos tubacões armazenistas e a dezenas de dezenas de formas menores de exploração, em que se especializaram os latifundiários. Cerca de 40 mil pequenos proprietários e posseiros (uma parte razoável deles por deficiência de sua propriedade, obrigada a arrendar a terra aos latifundiários) de existência do governo só conhecem os impostos e a polícia, que ajuda os grileiros a roubar seus pedaços de terra. Ainda alguns milhares de assalariados agrícolas e semiproletários andam de fazenda em fazenda, ganhando salários de fome ou trabalhando "divres de bóia" e pagamento, tapeando a morte — como dizem. Não é melhor a sorte dos que cuidam do gado dos fazendeiros, trabalhando de madrugada em troca de algumas centenas de cruzeiros mensais. A falta de um preço mínimo razoável garantido para a produção dos camponeses torna ainda mais precário seu ínfimo poder aquisitivo: mal podem adquirir a enxada, o machado, a foice, o sal, a rapadura, o querosene, o metro de chita etc. — problema agudo que, por outro lado, impede qualquer desenvolvimento da indústria e do comércio.

Sobre a massa camponesa, como sobre todo o povo, se levanta ainda, grave, a ameaça de colonização pelos bilionários norte-americanos, que planejam utilizar os camponeses como trabalhadores escravos ou como mercenários em suas aventuras guerrilheiras — e é também por isso que lhes é negada violentamente a menor das liberdades, mesmo a de fazerem baiões nas fazendas, como na de Lunardelli, por exemplo.

Mas essa noite dolorosa não é eterna. Isto já sabem dezenas de milhares de camponeses, particularmente a partir de 1948, quando para o campo começou a voltar-se a atividade de nosso Partido Comunista — buscando esclarecer, organizar, unir e movimentar os camponeses em torno de reivindicações justas e sentidas, como: a baixa do arrendamento, a resistência à expulsão das posses, melhores salários e contratos, preço compensador para a produção, liberdade de comércio, as diferentes campanhas ligadas à luta pela paz, à defesa das liberdades e da independência nacional, etc. e à grande reivindicação da conquista de um pedaço de terra. Em tais lutas os camponeses alcançaram alguns êxitos e, principalmente, adquiriram, em certo grau, consciência política: a compreensão de que o governo dos latifundiários e grandes capitalistas servilistas do imperialismo norte-americano (Dutra-Coimbra, Vargas-Ludovico) é seu inimigo impiedoso, de que é preciso conquistar algo novo — um governo de classes e camadas interessadas em liquidar o latifúndio e garantir a independência nacional.

Mas os êxitos têm sido poucos, das centenas de organizações criadas poucas sobreviveram ao entusiasmo inicial — nosso Partido não tem

estado à altura das necessidades, de ajuda aos camponeses. Muito e muito resta fazer aos camponeses para que aniquilem a noite da opressão e da exploração. E é aqui então que surge em toda a sua grandeza, o sol da vitória, a luz poderosa do Programa do Partido Comunista do Brasil. Na pequena parte dos camponeses, a que foi levado, o Programa despertou entusiasmo, recebeu o apoio unânime. E não poderia ser de outra forma, já que o Programa toca o coração dos camponeses, ao levantar com exatidão as suas necessidades e ao indicar, de modo justo e concreto, como satisfazê-las. Também confiança infunde o Programa aos camponeses, ao situar com clareza o número insignificante de seus inimigos, ao permitir o isolamento dos latifundiários, estabelecendo as condições necessárias para que os camponeses ricos lutem ao lado dos demais camponeses contra o latifúndio ou pelo menos se mantenham numa posição de neutralidade favorável a esta luta. Além disso o Programa assegura as liberdades, o direito de voto também aos analfabetos, a instrução a todos, enfim, toda uma série de medidas destinadas ao bem-estar e à felicidade do povo e ao florescimento do país. Por tudo isto os camponeses de Goiás estão apoiando vivamente o Programa do P.C.B.. Num comando realizado por três camaradas, de rancho em rancho, apenas três de seiscentos camponeses recusaram o Programa; após o debate mais paciente com eles, dois dos três camponeses o aceitaram! Todavia, a vitória do Programa não cairá do céu. Há forças que se opõem a ele ferocemente. Quais são? Os latifundiários e os grandes capitalistas subordinados ao imperialismo americano e o governo de Vargas-Ludovico, que os representa. Não são mais fortes que as forças do povo, pelo contrário. Mas as forças do povo precisam ser organizadas e unificadas em ampla frente democrática de libertação nacional. A base dessa ampla frente é constituída, necessariamente, pelas forças fundamentais da sociedade brasileira: a classe operária e os camponeses. Não só há todas as condições para a formação da frente democrática de libertação nacional, isto é realmente inevitável. Forjá-la o mais rapidamente possível, como o exigem os supremos

interesses de nosso povo, depende decisivamente de nosso Partido. Depende de nós, comunistas, sabermos trabalhar, de um modo justo e apaixonado, com o nosso Programa. Se bem que refeita, pouco concentrada, a população camponesa de Goiás — cerca de 1 milhão de pessoas — está chamada a desempenhar um importante papel na vitória do povo brasileiro, contra o imperialismo americano e os seus lacaios no Brasil. Tudo dependerá de nosso Partido, de uma sólida construção nas concentrações camponesas, do fortalecimento de sua quantidade e qualidade, da sua abnegação e combatividade, tudo depende-

Já saiu o 4º volume de OBRAS

de J.V. STÁLIN



CONTENDO ESCRITOS DE NOVEMBRO DE 1917 A 1920

Cr\$35.00

PEDIDOS À

EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA RUA DO CARMO, 6 - 13º ANDAR, SALA 1306-RIO

A luta pelo novo salário-mínimo e por um 1.º de Maio dos trabalhadores, além de ter sido uma vitória da classe operária foi também uma vitória na luta contra o sectarismo. Tem toda razão o camarada Diógenes Arruda, quando em seu artigo: «Novo Programa, Novas Tarefas, Novos Métodos de Trabalho», afirma: «Como comunistas trabalhando nas organizações do Partido ou nas organizações sindicais e de massas, precisamos compreender o que nos impõe o Programa». E prossegue: «O decisivo é a mobilização da classe operária e de todas as forças antiimperialistas e anti-feudais, através das lutas reivindicatórias mais sentidas das forças revolucionárias e das ações de massas, é que forjaremos a frente democrática de libertação nacional, conquistaremos e asseguraremos a aliança dos operários e camponeses e a hegemonia do proletariado».

Na luta pela conquista do novo salário-mínimo e na realização de um 1.º de Maio livre da interferência do governo autoritário de Vargas, os comunistas foram os mais intransigentes e combativos lutadores por estas reivindicações, foram os campeões da unidade de ação. A criação de comissões intersindicais em quase todos os Estados tem sido um fator de unidade e de organização dos trabalhadores, de fortalecimento dos sindicatos, federações e demais organizações operárias.

Uma Vitória na Luta Contra o Sectarismo

ETELVINO PINTO

as regiões do país. Esta luta unida dos trabalhadores dentro de seus sindicatos obrigou o governo de Vargas a decretar os novos salários-mínimos exigidos pelo proletariado. Esta vitória nos mostra que, redobrando nossos esforços, poderemos conquistar rapidamente o congelamento dos preços, o reajustamento geral dos salários, soldados e ordenados em bases não inferiores a 50%.

A causa de não se ter conquistado o congelamento dos preços juntamente com o novo salário-mínimo resulta de não estar ainda suficientemente forte a unidade e organização da classe operária, fator indispensável para os êxitos do proletariado. Entretanto, ainda é tempo de superarmos estas debilidades prosseguindo na luta pelo cumprimento das tabelas do novo salário-mínimo, pelo congelamento dos preços e pelo reajustamen-

to geral dos salários, soldados e ordenados. Para atingir esses objetivos, precisamos levar em conta que os patrões e o governo tudo farão para não pagar o novo salário-mínimo. É necessário organizar os trabalhadores que não estão dispostos a ceder aos patrões e ao governo e não abrirão mão de sua conquista.

Por sua vez, os demais trabalhadores não beneficiados diretamente pelo novo salário-mínimo lutarão para que seus salários, vencimentos e soldos sejam reajustados. Também as camadas da população prejudicadas pela política de guerra e de fome do governo de Vargas estão interessadas no congelamento dos preços.

Todas essas lutas se fundirão em um único movimento contra a fome e a carestia de vida, de que o governo é o maior responsável. Cabe-nos intensificar nossa atividade entre as massas

realizando assembleias, greves, comícios, demonstrações de rua. Assim, a classe operária se unirá e se organizará nos sindicatos, nos locais de trabalho, nos municípios, nos Estados e nacionalmente. Para isso temos que levar em conta os ensinamentos do camarada Arruda no seu artigo acima citado: «O Programa exige o combate sistemático a todo e qualquer envaldecimento, intolerância e imposição no trabalho de massas e com os aliados». E mais adiante: «... é preciso tornar o trabalho do Partido mais vivo, mais concreto, mais operativo e mais de massas».

Estou convencido que o Governo Democrático de Libertação Nacional não permitirá que o capital ou capitais que com ele venham a colaborar para o ulterior desenvolvimento do novo regime se enquadre nos itens formulados por Stálin ao definir a lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo, pois tal concessão ao capitalismo colocaria em perigo a própria sobrevivência do novo regime.

Entendo que nosso povo, tendo à frente a classe operária em aliança com os camponeses, não irá fazer a revolução democrático-popular, para continuar ainda sujeito à influência da lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo. Admitir isso é negar a própria revolução democrático-popular. Diferentemente do camarada Duarte, que admite «a influência da lei dos lucros máximos», no novo governo, entendo que semelhante lei não terá nenhuma influência desde os primeiros dias do governo pelo qual lutamos e havemos de conquistar.

Precisamos nos voltar mais para as massas trabalhadoras das cidades e do campo, objetivando a organização da frente democrática de libertação nacional, instrumento da libertação do novo regime.

Os Lucros Máximos e o Governo Democrático de Libertação Nacional

Joaquim de Araújo Coutinho

EM artigo publicado na VOZ OPERÁRIA de 24 de abril, o camarada Carlos Duarte, refutando as objeções levantadas pelo camarada Quintino de Carvalho, a propósito das respostas dadas por este semanário às perguntas formuladas por Tatalla Possuca sobre «Contrôle de Preços e Lucros Máximos», diz que o assunto merece o mais amplo debate. Estou de pleno acordo com esta afirmação. Assim sendo, darei aqui minha opinião a respeito. Focalizarei apenas um dos aspectos da questão referente aos lucros máximos, por não estar de acordo com o camarada Duarte.

Todos conhecemos o genial trabalho do grande Stálin «Problemas Econômicos do Socialismo na U.R.S.S.», onde o mestre do marxismo criador descobriu e formulou com precisão científica a lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo. Nesta lei, o camarada Stálin apresentou de maneira bastante clara os três modos pelos quais o capitalismo contemporâneo adquire lucros máximos: — a) por meio da exploração, ruína e pauperização da maioria da população de um dado país; b) por meio da escravização e sistemática pilhagem dos povos de outros países, particularmente dos países atrasados; c) por meio das guerras e da militarização da economia nacional utilizada para garantir os lucros máximos. Do exemplo exposto conclui-se que o capitalismo contemporâneo só auferirá lucros máximos quando enquadrado num ou mais itens formulados pelo grande Stálin. Fora disso, que constitui a própria essência do capitalismo contemporâneo, não se poderá falar em lucros máximos.

Refutando o camarada Q. C. diz o camarada Duarte: «Mas mesmo que do Programa constasse a nacionalização ou o confisco de todos os capitais e de todas as empresas monopolistas (o que sem dúvida seria um erro político) ainda assim não haveríamos de «banir» de nosso país, toda a influência da lei dos lucros máximos, que é inerente ao capitalismo contemporâneo, que é a lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo. Suponho que somente depois de destruído o capitalismo no Brasil, tarefa que não será ultimada pelo Governo de Libertação Nacional, somente quando o Brasil entrar numa nova etapa superior, a etapa socialista, poderemos falar no desaparecimento dos lucros máximos».

Entendo que nosso povo, tendo à frente a classe operária em aliança com os camponeses, não irá fazer a revolução democrático-popular, para continuar ainda sujeito à influência da lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo. Admitir isso é negar a própria revolução democrático-popular. Diferentemente do camarada Duarte, que admite «a influência da lei dos lucros máximos», no novo governo, entendo que semelhante lei não terá nenhuma influência desde os primeiros dias do governo pelo qual lutamos e havemos de conquistar.

Estou convencido que o Governo Democrático de Libertação Nacional não permitirá que o capital ou capitais que com ele venham a colaborar para o ulterior desenvolvimento do novo regime se enquadre nos itens formulados por Stálin ao definir a lei econômica fundamental do capitalismo contemporâneo, pois tal concessão ao capitalismo colocaria em perigo a própria sobrevivência do novo regime.